



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 09/19
2019-09-25

ATA Nº 9/19

4ª Sessão Ordinária

25 de setembro de 2019

--- No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezanove, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- 1. a) Expediente e informações;-----

--- b) Apreciar e votar:

- Ata n.º 05/19 referente à 2ª sessão ordinária realizada em 29 de abril;

- Ata n.º 06/19 referente à 4ª sessão extraordinária realizada em 28 de maio.-----

--- 2. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- 3. Apreciar e votar o projeto de primeiras alterações ao Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património. Proposta nº 547-P/2019.-----

--- 4. Apreciar e votar retificação à Proposta nº 478-P/2019, aprovada na reunião de Câmara de 30.05.2019 e na sessão da Assembleia Municipal de 02.07.2019, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 680-P/2019 .-----

--- 5. Apreciar e votar a alteração da delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana: São João das Lampas/Magoito; Colares/Almoçageme; e Ulgueira/Cabo da Roca, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 646-P/2019 .-----

--- 6. Apreciar e votar a delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana, nos termos da respetiva proposta:

Área de Reabilitação Urbana de Francos;

Área de Reabilitação Urbana de Dona Maria/Camarões;

Área de Reabilitação Urbana do Bairro de Oureças. Proposta nº 647-P/2019. -----

--- 7. Apreciar e votar a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 e 2020 da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 582-P/2019 .-----

--- 8. Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas rubricas das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 678-P/2019 .-----

--- 9. Apreciar e votar a nomeação da empresa JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda., para a prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas do Município de Sintra e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o ano de 2019 e 2020 com possibilidade de renovação expressa por mais um ano, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 679-P/2019.-----

.../...

- 10. **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Sintra, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização da obra de construção, funcionamento, vigilância e limpeza do Parque Intergeracional D. Afonso V, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 665-P/2019 .-----**
- 11. **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Casal de Cambra, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização da obra de construção, funcionamento, vigilância e limpeza do Parque Intergeracional de Casal de Cambra – Parque Urbano 25 de Abril de 1974, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 676-P/2019 .-----**
- 12. **Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Sintra um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 33/2014, de 14 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação do Espaço de Jogo e Recreio do Barrunchal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 681-P/2019 .-----**
- 13. **Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Queluz e Belas o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 37/2014, de 28 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação do Espaço de Jogo e Recreio do Parque Municipal do pego Longo, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 682-P/2019.-----**
- 14. **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Queluz e Belas, o qual inclui a prestação de uma verba para garantir a manutenção dos percursos pedonais no Parque Municipal de Pego Longo e no Parque do Bairro SAAL de Pego Longo, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 683-P/2019 .-----**
- 15. **Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 30/2014, de 14 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação de equipamentos, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 684-P/2019 .-----**
- 16. **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, o qual inclui a prestação de uma verba para garantir a manutenção dos percursos pedonais do Parque Urbano Ramada Curto, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 685-P/2019 .-----**
- 17. **Apreciar e votar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Rio de Mouro; União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; União de Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro; União de Freguesias de Cacém e São Marcos; e União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, o qual inclui a transferência de verbas para a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 744-RP/2019 .-----**
- 18. **Apreciar e votar o aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município, a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, para a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 745-RP/2019 .-----**
- 19. **Apreciar e votar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de**

Competências e Colaboração entre o Município e os Agrupamentos de Escolas da Rede Pública de Sintra, no âmbito da implementação de medidas de “Apoio à Família” que garantam uma escola a tempo inteiro para o ano letivo 2019/2020, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 746-RP/2019.

--- **20. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito do “8º Grande Prémio de Atletismo de Casal de Cambra”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 607-RP/2019 .-----**

--- **21. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Queluz e Belas no âmbito da “2ª Corrida de Queluz-Belas – Prémio José Araújo”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 698-RP/2019 .-----**

--- **22. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “8º Grande Prémio de Atletismo de Almargem do Bispo”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 699-RP/2019 .-----**

--- **23. Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 175,00 m2, a destacar do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 514 – São João das Lampas (extinta), com a área total de 908,00 m2, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 619-PM/2019 .-----**

--- **24. Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal das seguintes áreas, nos termos da respetiva proposta:**

- 86,00 m2 (proveniente do artigo rústico 12, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 4872 da freguesia da Terrugem) ficando este artigo subdividido em duas parcelas;

- 81,20 m2 (proveniente do artigo 127, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 6598 da mesma freguesia);

- 129,90 m2 (proveniente do artigo 27, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 5466). Proposta nº 620-PM/2019 .-----

--- **25. Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 82,50 m2, a integrar no domínio privado da autarquia, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 621-PM/2019 .-----**

--- **26. Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal, para integrar no domínio privado municipal, da parcela de terreno com a área de 4.593,51 m2, a confrontar a norte com o domínio público, poente com a Av. da Dinamarca, nascente com a Av. de Lisboa e a sul com Alexandra da Silva Navalho, em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 719-PM/2019 .----**

--- **27. Apreciar e votar a cedência do piso subterrâneo do Silo Automóvel de Massamá à EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A., inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1871 – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, composta por dois pisos suscetíveis de utilização independente - piso térreo de estacionamento não coberto e cave com estacionamento coberto, com área total de 11.200,00 m2, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 731-PM/2019.-**

--- **Presentes, dos Membros da Mesa, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária.-**

--- **Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – PS: António Luís Oliveira dos Santos Lopes,**

Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Maria Infância Silva; Joana Sofia Santos Lopes; Alcino Afonso Alves; e Maria Elisabete Martins Fernandes.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; e Adolfo Miguel Delgado dos Reis.--

--- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; António Manuel Branco Nunes; e Ana Mafalda Gomes Plácido.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: Jacinto Higino Domingos; Rogério Duarte Cassona; Inês Cardoso Neves Fernandes; e Mário Filipe Ilhéu Condessa.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja e Marisa Andreia de Almeida Laneiro.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – **PAN**: Camilo Vasco dos Santos Soveral.-----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Carlos Miguel Ramos Henriques – Casal de Cambra; Pedro Manuel Silva Filipe – Colares; Arménio Monteiro da Silva – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo Barroso Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Maria da Piedade de Matos Pato Mendes; Domingos Linhares Quintas; Eduardo Quinta Nova; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; e Andreia Filipa Bernardo.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de 43 deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:**-----

--- Para conhecimento: Renúncia ao mandato de Deputado Municipal, do Senhor António Filipe Gaião Rodrigues da Coligação Democrática Unitária – (CDU) – PCP/ PEV.-----

--- Pedidos de substituição para a presente sessão:-----

--- Do Deputado Municipal Hugo dos Reis Frederico do PS, pelo Deputado Alcino Afonso Alves, dado que o Deputado Hugo Lopes dos Santos que o antecede na lista pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Do Deputado Municipal João Paulo Afonso Aguiar do PS, pela Deputada Sara Godinho.-----

--- Do Deputado Municipal Ricardo Manuel Parente de Campos do PS, pela Deputada Maria Elisabete

Martins Fernandes, dado que as Deputadas Ana Carioca, Mariana Burguete, Paulo Godinho, Rita Águeda, Maria Leonor Vieira, Helena Marques que antecederem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- Da Deputada Municipal Maria Helena de Oliveira e Carmo, do BE, pela Deputada Marisa Laneiro, dado que o Deputado Amílcar Moraes, que o antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Do Deputado Municipal Bernardo Ramos Gonçalves do PAN, para a presente Sessão, pelo Deputado Camilo Vasco Ferro Soveral.-----

--- Da Deputada Municipal Inês Baeta Vivaldo, do CDS/PP, pela Deputada Ana Mafalda Gomes Plácido, dado que o Deputado Miguel Ângelo Fonseca, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-

--- Do Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, Bruno Nobre Parreira, pelo Sr. Arménio Monteiro da Silva.-----

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

--- A **município Diana Sofia Martins Cóias**, referiu: Já por duas vezes que aqui tinha vindo falar sobre o estacionamento para residentes no centro histórico de Sintra. Antes de mais, quero louvar o executivo, e a Câmara, pela revisão há muito necessária. Mande as minhas considerações no dia 18 de julho, mas não é preciso estar a elencá-las porque está tudo bem. Apenas quero fazer uma pergunta. Há alguma previsão para a aprovação do Regulamento e para a implementação das medidas que nos vão permitir ter uma certa liberdade para vivermos o quotidiano normalmente, face à intensidade do turismo em presença? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Antes de mais, muito obrigado pelas referências que faz ao nosso Regulamento, e à necessidade de ele entrar em vigor. Tenho a dizer-lhe que a audição pública termina a 30 de setembro, e neste momento nós já temos cerca de 600 sugestões críticas, elogios também, mas cerca de 150 são pedidos que estão já satisfeitos, porque tinham a ver com algum boato que correu dizendo que o Regulamento ia colocar parquímetros. Nós dissemos que não, e até corrigimos dizendo que não há parquímetros resultantes do Regulamento. Portanto, essas cerca de 150 sugestões serão imediatamente arrumadas, uma vez que estão satisfeitas. Em relação às demais, têm que ser vistas e analisadas com cuidado, sendo introduzidas as medidas que se entender adequadas, em função da consulta pública. Logo que o texto estiver consolidado, ele irá à Vereação e, depois, aqui, à Assembleia Municipal, pelo que eu espero que em finais deste ano, durante o mês de dezembro, o mais tardar, janeiro do ano que vem, nós teremos o Regulamento aprovado, e depois, publicado. Quanto à publicação, aí, nós já não sabemos o tempo que demora, mas da nossa parte, o mais tardar em janeiro, nós teremos o Regulamento pronto a ser publicado. E aproveito para lhe agradecer as suas sugestões, as quais eu tive a ocasião de as ver. -----

--- A **município Mariza Xavier Bernardo**, referiu: Eu resido no rés-do-chão de um apartamento, na Avenida da República, nº32, em Queluz, e tenho conhecimento que este problema já se estende antes de eu residir no prédio. Após inúmeras queixas em reuniões de condomínio, visitas da polícia municipal, e exorbitantes gastos em ambientadores, a nossa vizinha do lado (que tem 14 gatos) ainda não tomou providências em relação ao aviso deixado pelas autoridades. Segundo a informação que temos sobre a Lei, só é permitido ter 3 animais de estimação daquele porte em apartamentos. O mau-cheiro, além de inundar o prédio, invade a nossa casa a cada vez que abrimos a porta, e mesmo, por vezes, nem é necessário abri-la para que tal aconteça. Quem passa na rua, e mesmo quem está na instituição bancária que existe por baixo do nosso

prédio, sente o odor intenso ao passar por baixo da janela da vizinha, e mesmo passando no passeio, reclamando pelo cheiro intenso que sentem. A limpeza regular do prédio já não é suficiente porque, de facto, o problema vem do apartamento da senhora, e já por alguns anos que começa a comprometer as nossas condições sanitárias. Não é suposto chegarmos a nossa casa e sentirmos repulsa; não é suposto termos vergonha de convidar os nossos amigos a entrar no nosso prédio porque o cheiro é nauseabundo. Efetivamente, a vizinha não consegue dar conta da higienização de todos aqueles animais, e nem mesmo os consegue controlar – já aconteceu entrar um pela minha casa dentro, e ao convidar a senhora para ir buscar o animal, o cheiro espalhou-se também pela minha casa. Sendo que os diversos comunicados feitos junto das entidades competentes ainda não se revelaram eficientes na resolução desta questão, venho por este meio impor-me visto que, nos últimos meses, tem sido raro o dia em que não deixamos a porta do prédio aberta por inúmeras horas, o que até pode comprometer a segurança dos moradores. Espero que a exposição deste assunto nesta Sessão da Assembleia Municipal de Sintra traga soluções que façam mais e melhor pela integridade e sanidade daquilo que venho aqui pedir. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Minha senhora, tem toda a razão na sua exposição. Já agora, queria dizer-lhe que, infelizmente, este não é caso único no Concelho. O senhor Vereador Quinta Nova ilustra-me dizendo-me que há uma síndrome denominada Síndrome de Noé, em que as pessoas, em vez de guardarem lixo acumulam animais (cães, gatos), e isso está a proliferar pelo Concelho. No seu caso, tentou-se entrar na casa da senhora, mas ela não deixou; e não deixando, a única hipótese que nos resta fazer recurso é ao Serviço Jurídico, através do Serviço de Saúde Pública, forçar a porta, entrar lá dentro e retirar os gatos. Agora, juridicamente, isto tem um prazo, dado termos de pedir a intervenção do Tribunal, embora tenhamos de analisar bem esta situação para vermos se, em casos de grande urgência, se pode entrar mesmo sem recurso a Tribunal. Temos de estudar, mas tem toda a razão pois trata-se de uma situação que tem que ser resolvida. -----

--- A **municípe Mariza Xavier Bernardo**, referiu: No nosso caso, nós estamos dentro da nossa casa, e mesmo com as portas fechadas, o mau-cheiro entra pela nossa casa dentro. Há momentos em que nós temos que sair de casa para não termos de conviver com aquele cheiro, porque há alturas em que ele é mais intenso, havendo dias em que é impossível estar dentro de nossas casas. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Temos aqui registado no Auto de Notícia que, por vezes, chega-se lá e não tem tanto cheiro porque a senhora mete um conjunto de ambientadores na casa toda para disfarçar os cheiros. Mas nós estamos atentos a isso. -----

--- A **municípe Mariza Xavier Bernardo**, referiu: A vizinha, inclusive, lava o chão com lixívia quase pura para tentar disfarçar o cheiro. E enquanto o cheiro a lixívia perdura, nós não sentimos tanto os cheiros da urina e das fezes dos animais. Quando desaparece o cheiro a lixívia, torna-se impossível de suportar e de permanecermos ali. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Nós vamos ver se há forma de resolvermos esta situação sem recurso aos Tribunais, caso contrário, esta situação ainda se vai prolongar. É urgente resolver o caso que nos apresentou, isso é uma evidência. -----

--- A **munícipe Mariza Xavier Bernardo**, referiu: Muito obrigada, e agradeço a mais breve resolução deste assunto. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Faço votos para que se resolva este problema o mais depressa possível, dispondo da Câmara no sentido de saber o acompanhamento da situação. Como se trata de um problema de Saúde pública, seguramente, haverá formas mais expeditas de agirmos. -----

--- O **munícipe Carlos Miguel Fernandes**, referiu: Começo a minha intervenção por saudar a Câmara Municipal pela decisão de atribuir entradas gratuitas nos Museus municipais, a partir de 1 de dezembro, enquanto decorrerem as comemorações dos 25 anos de Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural Institucional, em 2020. Saúdo também os representantes de todas as Juntas de Freguesia aqui presentes pelos vários eventos que, com muito êxito, têm proporcionado às populações, com o apoio essencial da Câmara. Eu tenho ido a vários, o último dos quais em Mem Martins, e como tal, questiono: quando é que poderemos ver no nosso Município um Festival diferente do que já existe, e com muito êxito, que seja mais semelhante aos que se realizam, por exemplo, na Ericeira, no Meco ou no passeio marítimo de Algés? É uma reivindicação que muitas pessoas pedem, e certamente teremos espaços para acolher eventos dessa natureza. Ainda ligado a eventos, está prevista para breve a construção de algum Centro de Congressos ou de um grande Pavilhão multiusos? É que, pela nossa grandeza, já merecemos um ou mais espaços com capacidade para reforçar a oferta já existente, e de trazer para nós um maior número de eventos. -----

--- Recentemente, houve uma decisão que implica a devolução do IMI às empresas produtoras de energia eólica. Qual a posição da Câmara Municipal de Sintra sobre este assunto? Fomos afetados por esta decisão, ou as nossas contas estão em dia? -----

--- Não encontrei informações sobre se o nosso Município apresentou candidaturas a um projeto da Comunidade Europeia, o WiFi4EU? Queria saber se a Câmara concorreu a esse projeto, ou se existe algum projeto nesse âmbito, a partir do qual pudesse ser enquadrada a cobertura, por exemplo, dos espaços públicos das Freguesias? Posso dar um exemplo: se houvesse wifi na Ribeira das Jardas poderia haver rega automatizada por essa via. -----

--- Tem existido muita evolução na recolha e tratamento de lixo urbanos, e as smart cities têm apostado em vários modelos, como por exemplo, em novos tipos de contentores. O que é que Sintra está a fazer nesse âmbito? Sei que está em curso a disponibilização de mais carros, e que também está a ser feito um esforço na uniformização dos contentores, mas será que poderemos ser mais ambiciosos e disponibilizar outro tipo de contentores, mais inteligentes, de maneira a otimizar as rotas, ou até do tipo com autolavagem após recolha, ou com um software de monitorização da lavagem de contentores do lixo, disponibilizado no site dos serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para que as pessoas possam ficar a saber, em tempo real, o dia e a hora em que o contentor do lixo que costuma utilizar foi lavado e desinfetado. Ainda neste âmbito, qual é o balanço que a Câmara faz da recolha dos monos após as Juntas de Freguesia terem passado a ter um papel mais ativo? Sugiro, por exemplo, através do site dos SMAS-Sintra, ou de outras páginas da Câmara, que se disponibilizem os contactos de organizações que podem aproveitar os ditos monos, como móveis e sofás, muitos deles até poderiam ser reaproveitados, e não o estão a ser desnecessariamente. Outra hipótese eventual seria a Câmara, através de alguma parceria com alguma escola profissional, ou artesãos, fazer o reaproveitamento de alguns dos ditos monos. -----

--- A Câmara Municipal, felizmente, manifesta preocupação com os animais, e o site “Sítio dos Animais” é um excelente exemplo nesse âmbito. No próximo fim-de-semana vai decorrer uma feira de adoção no Centro Carlos Paredes, em São Marcos, e ao nível de “pages view”, dizer que a notícia deste evento bateu recordes na página da União de Freguesias. Assim, e tendo em conta que existem muitos animais no nosso Município, sugiro a criação de um cemitério, à semelhança do que já existe em Lagos, e que foi constituído pela Câmara local. -----

--- Termina a minha intervenção sugerindo à Câmara que fale, por exemplo, com a IP – Infraestruturas de Portugal, porque temos um cartão de visita que é a nossa estação de comboios, com muitos turistas a tirar fotografias àqueles azulejos muito bonitos, mas depois a pintura está degradada. Fica a sugestão. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao nosso Festival, de há dois anos a esta parte, ele já foi muito mudado, sendo o título deste “Da Corte às Ruas”, o que desde logo indicia o que estamos a fazer, ou seja, o Festival passa dos palácios e do Centro Cultural Olga Cadaval para as Freguesias, para as Escolas, para as Associações, para onde as pessoas vivem. Isto tem vindo a fazer-se, e vai continuar a ser feito. Mas, ao lado do Festival, começou a “Ópera na Rua”, de que há pouco falou, e a Música Sacra nas Igrejas, que tiveram uma enorme adesão. E para o ano, nós vamos realizar as comemorações dos 25 anos de Sintra Património da Humanidade, e aí verá a programação que está a ser feita para esse efeito, adaptada a essas comemorações. Em 2021, será o Ano Municipal da Cultura, também com um grande conjunto de iniciativas. E já estamos a trabalhar no âmbito do Festival de Sintra 2020, para que este possa ser um Festival adequado ao Património da Humanidade, ao nosso Património de Sintra, no qual a música seja um repositório das comemorações que, então, estaremos a fazer. Portanto, essa sua preocupação de descentralização, se assim se pode dizer, da Cultura, é uma coisa que estamos a fazer permanentemente. A Fundação CulturSintra também tem feito um grande trabalho neste âmbito, já não tanto na descentralização, mas na qualidade da programação que faz. Nós vivemos uma época cultural no nosso Concelho com uma grande variedade e uma grande intensidade. ----

--- Pergunta-me se vamos ter alguns espaços polivalentes! Vamos sim. Vamos ter um espaço polivalente na nossa cidade desportiva, que será feita na Anta, em Agualva, naquele espaço grande onde, hoje, está um clube de futebol praticamente inativo. Trata-se de um espaço com cerca de 30 mil metros quadrados onde, para além das instalações desportivas, vai haver um grande polidesportivo, um pavilhão com capacidade para 700 a mil pessoas, o que já é suficientemente grande para acolher eventos desportivos, e de toda outra natureza. Assim, temos o Olga de Cadaval para certos efeitos, e aquele para outros efeitos. Em termos daquilo a que chamamos de Cidade Desportiva, o investimento previsto é de cerca de 4 milhões de euros. -----

--- Em relação à devolução do IMI às empresas eólicas, vou informar-me, mas eu desconheço qual foi o reflexo que teve em Sintra. Com toda a franqueza lhe digo que nem sabia que havia essa devolução de IMI! Era do meu conhecimento que havia vários apoios às eólicas, alguns deles já retirados porque havia mais apoios, em termos de preços, do que hoje há. Como sabe, as empresas eólicas caminham para preço único, mas como lhe disse, vou informar-me, e depois ser-lhe-á enviada nota do que se apurar. -----

--- Em relação à Higiene Urbana, peço ao Dr. Carlos Vieira que lhe envie uma nota explicativa. Em relação aos chamados contentores inteligentes, nós estamos a fazer uma experiência piloto, e veremos quais vão ser os resultados dado esses contentores exigirem um alto grau de civilidade por parte dos nossos munícipes. Por vezes, arrepiam-nos a forma como as pessoas manuseiam os contentores simples, e estes contentores inteligentes são equipados com alta tecnologia, o que exige uma colaboração muito grande por

parte do município que faz uso dele para depositar o seu lixo. Com isto não quero dizer que os nossos municípios não sejam capazes da melhor utilização, mas temos de ter cuidado porque estamos em presença de investimentos muito grandes que podem não resultar se não houver uma colaboração muito estreita dos nossos municípios. Quero dizer-lhe que a alteração dos contentores está a ser feita; em dezembro, posso dizê-lo, já teremos muito contentor mudado; 2020 será o ano da alteração global dos contentores no Concelho, nomeadamente, dos contentores a serem enterrados, nomeadamente, quando há reperfilamento e requalificação das vias rodoviárias. Também lhe quero dizer que, em outubro, vamos começar com a distribuição dos contentores de compostagem, a primeira vez que se faz no nosso Concelho, e que é muito importante no âmbito da qualificação de separação do lixo, sobre a qual a Tratolixo se queixa um pouco, e a nossa tarifa sofre com isso – assim, estes contentores vão ser muito importantes, não só para a Higiene Urbana, como para a nossa tarifa junto da Tratolixo. Em relação aos ecocentros, em 2020 vamos ter 2, e outros 2 em 2021, o que faz com que tenhamos previstos 4 ecocentros que vão, em meu entender, mudar em muito no que concerne à recolha e entrega de lixo. Por fim, em matéria de remoção de monos, as Juntas de Freguesia estão a desenvolver um trabalho muitíssimo bom, com resultados muito positivos. Esta descentralização que se está a operar junto das Freguesias, em relação aos monos, vai prosseguir com a Higiene Urbana, e é muito interessante falar disto porque, neste momento, nós já podíamos fazer praticamente essa transferência, mas não o devemos fazer porque nós não queremos fazer às Freguesias aquilo que não queremos que o Governo nos faça a nós, que é transferir competências sem os meios que possam garantir que as Freguesias cumpram essa missão, pelo menos, tão bem como nós, mas seguramente melhor do que nós porque estão mais próximos dos problemas. Em termos de Higiene Urbana, nós não estamos ainda com os meios indispensáveis para o fazer, mas assim que os tivermos, estou confiante que, em janeiro de 2020, estaremos em condições de transferir para as Freguesias a Higiene Urbana, a varrição, com total tranquilidade. E isto é necessário fazer porque a varrição precisa de melhorar, e muito. Já tivemos, recentemente, alguns resultados, e até já se começou a lavar ruas, o que é uma coisa fantástica. Nós temos vindo a trabalhar com a SUMA e a Ecoambiente, naquela que é a parte concessionada, e temos tido reuniões muito duras, por vezes, desagradáveis, havendo até multas que estão a ser aplicadas (à SUMA menos, porque infringe menos, à Ecoambiente mais), porque há muitas infrações que nós não podemos tolerar, como por exemplo o facto de não haver varredores em número suficiente, ou o equipamento não seja aquele que consta do contrato. Argumentam que o contrato é demasiado exigente, mas nesse caso não concorressem. Ainda voltando à recolha, a partir de janeiro, também teremos a entrega de todas as unidades de recolha, embora já haja, neste momento, uma grande parte que já foi entregue, o que não invalida haver aqui, já, uma quebra de contrato – deste consta que a entrega deveria ter ocorrido em março, mas as viaturas ainda não estão todas entregues. Tem havido multas, mas a verdade é que os carros novos ainda não estão cá todos, tendo os veículos ainda em falta sido substituídos por outros que, não sendo novos, avariavam mais – enfim, mais um problema que estamos a tentar resolver. Portanto, em termos de Higiene Urbana, que juntamente com a Mobilidade nos preocupa muitíssimo e está presente na nossa agenda quase-diária, dizer que estamos a resolver os problemas com que nos vamos confrontando. -

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**. -----

--- O **Deputado Camilo Vasco dos Santos Soveral, do PAN**, referiu: Hoje, apresentamos uma Recomendação intitulada “Acessibilidade para todas as pessoas”. -----

--- Considerando que a promoção da acessibilidade constitui uma condição fundamental para o exercício de

direitos e de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa, tais como o direito à Qualidade de Vida, à Liberdade de Expressão e de Informação, à Dignidade Social e à Capacidade Civil, bem como à Igualdade de Oportunidades no acesso à Educação, à Saúde, à Habitação, ao Lazer e Tempo Livre e ao Trabalho, entre outros. -----

--- Atendendo a que sem acessibilidade as pessoas com deficiência não podem ser autónomas, nem utilizar os bens e serviços existentes na sociedade para todas e todos, tem sido adotada legislação e desenhados planos de ação que obrigam as entidades públicas e privadas a garantir a acessibilidade nos espaços públicos, nos equipamentos coletivos e edifícios públicos, nos transportes, na informação e comunicação, incluindo as novas tecnologias de informação. -----

--- No entanto, tem-se verificado que não obstante os progressos alcançados subsiste ainda no nosso país um expressivo conjunto de edifícios, espaços públicos e instalações que não satisfazem as condições mínimas de acessibilidade e que colocam limitações às cidadãs e aos cidadãos que deles pretendam, legitimamente, fruir (...). -----

--- Somos responsáveis por combater a discriminação com base na deficiência e por isso devemos estar bem informadas e informados sobre esta realidade para podermos participar e construir uma sociedade mais justa. -----

--- Em face do exposto, vem o PAN propor que a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Ordinária, delibere recomendar à Câmara Municipal de Sintra a adoção das seguintes medidas: -----

--- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais. -----

--- Elaborar um levantamento das situações de incumprimento dos prazos para adaptação das instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos de utilização pública e via pública, da administração pública central, regional e local, promovendo a correção das situações que sejam identificadas. -----

--- **O Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Senhor Presidente, venho falar de 3 situações, sendo a última vez que aqui o faço em relação a uma delas. Em 4 de dezembro de 2017, escrevi ao senhor Presidente sobre a possibilidade de mandar executar um traço descontinuo defronte ao parque de estacionamento da Rua João de Deus, para que quem desça esta rua possa entrar diretamente no parque. Como está, e para entrar neste parque, os automobilistas são obrigados a percorrer a Rua Miguel Bombarda, a Rua Dr. Alfredo da Costa, e entrar novamente na Rua Miguel Bombarda para entrar no parque. Senhor Presidente, como deve calcular, isto não é nada fácil devido ao trânsito compacto que, diariamente, percorre estas ruas. Repeti mais duas vezes esta minha pretensão, por e-mail, datados de 31 de maio de 2018 e 6 de agosto de 2019 (vou entregar-lhe cópias), sem nunca ter obtido qualquer resposta. Por duas vezes, intervim nesta Assembleia Municipal, e numa delas, a de 18 de outubro de 2018, até obtive uma resposta com alguma ironia da sua parte, senhor Presidente, que cito: “Quero pedir desculpa ao senhor Deputado Adriano Filipe por apenas 2 das 5 solicitações que fez estarem a ser atendidas; as 3 restantes serão atendidas mal isso seja possível”. Eu não sei por que razão é que esta situação ainda não foi resolvida. No entanto, quero agradecer ao senhor Presidente, mas por mim dou por finalizada esta minha solicitação e interesse – ando há dois anos a fazê-lo, e nada. Já chega! -----

--- Ainda no âmbito da problemática do estacionamento, senhor Presidente, em pleno centro da Várzea de Sintra temos vários estabelecimentos comerciais, nomeadamente, um cabeleireiro, uma mercearia, três cafés, um restaurante, um laboratório de análises clínicas, um pronto-a-vestir, uma farmácia, duas

papelarias, uma clínica dentária, um comércio de tintas e um stand de automóveis. Como é sabido, as ruas da Várzea de Sintra são estreitas, as bermas são pequenas, e todas estas atividades económicas lutam com o problema de estacionamento para os seus clientes, que param nas bermas da estrada e são constantemente multados pela GNR e pela Polícia Municipal. Acontece que, junto ao pavilhão desportivo, existe um terreno que eu assinalei devidamente nesta planta que lhe vou entregar, sobre o qual sugiro à Câmara que o adquira ou o alugue e, nele, construa um parque de estacionamento. Os comerciantes e seus clientes ficariam muito gratos à Câmara. -----

--- Por fim, existe um tanque situado junto à estrada, nas curvas da Agueira, em Cabriz, perto da Quinta da Ribafria, construído em 1975 ou 1976 pela Comissão de Moradores, destinado para lavar roupa. Este tanque encontra-se em ruínas (como pode verificar pela foto que lhe vou entregar), o que não é nada dignificante para a aldeia nem para quem diariamente passa por aquela estrada. Sugiro ao senhor Presidente que esta instalação seja reconstruída pois é um património que as pessoas desta aldeia muito gostariam de o ver recuperado. -----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, do **CDS/PP**, referiu: O primeiro tema que me trás aqui tem a ver com a Loja do Cidadão de Aqualva-Cacém. Na Assembleia Municipal de 29 de abril, levantei o problema da falta de segurança nesta Loja do Cidadão do Cacém devido à má educação, exaltações, gritos, insultos, ameaças e frequentes comportamentos violentos, quer entre utentes, quer entre utentes e trabalhadores que ali prestam serviço. Foi pedido ao senhor Presidente a colocação permanente de um agente da Polícia de Segurança Pública para evitar tais situações, o que veio a acontecer, pelo que registamos nota de satisfação por esse facto. A opção em colocar um segundo vigilante, como tinham aqui dito, não resolveria o problema porque não teria poderes de autoridade, e a colocação de um agente da Polícia Municipal também se mostrou incapaz para o fazer. Outra questão que continua a afetar os trabalhadores e utentes desta Loja, é o frequente mau cheiro a esgoto nestas instalações, com maior incidência nas zonas de atendimento do Registo e Notariado, das Finanças e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, situação esta que é prejudicial à Saúde, sendo constantes as queixas de dores de cabeça e de problemas respiratórios por parte dos trabalhadores. Estamos perante um problema de Saúde Pública. Foram vários os comunicados que os trabalhadores fizeram, a reportar esta situação à Câmara Municipal, e foram promovidos abaixo-assinados. O senhor Presidente, na Assembleia Municipal de 29 de abril, referiu que ia haver uma intervenção de fundo para resolver esta situação do mau cheiro, mas a situação mantém-se até ao momento (ainda hoje o confirmei). Já foi detetada a origem do problema? E se existe uma previsibilidade para a sua resolução? -----

--- Outro assunto tem a ver com o abandono e a falta de manutenção e de conservação do centro histórico. Também nesta Assembleia, em Sessão realizada no dia 28 de maio, referi que a Vila de Sintra está repleta de graffitis, sendo visualmente desagradável para todos os que nos visitam, pouco apelativo e nada condizente com a grandeza e o romantismo que se pretende para Sintra. Desde os muros da estação de comboios, aos postes e caixas de eletricidade da Volta do Duche, aos caixotes do lixo, às paredes de edifícios, mesmo no antigo hospital de Sintra, e nas sinaléticas (do GAM, do Museu Anjos Teixeira, de Sintra Património Mundial ali ao pé da Sapa), passando pelas obras de arte (uma delas até pintada com foice e martelo), enfim, tudo se encontra vandalizado com essas pinturas. Ora, sendo o centro histórico de Sintra um espaço de afirmação da nossa História e Cultura, da preservação da identidade e memória coletiva e que, desde 2011, viu aumentar exponencialmente o número de turistas que nos visitam, é necessário adotar comportamentos mais ajustados ao ambiente urbano para preservar a sua autenticidade e dignidade, e

também a sua beleza. Assim, deveria urgentemente serem mobilizados funcionários, ou contratada uma empresa para a remoção dos graffitis, bem como uma maior vigilância da Polícia Municipal para evitar a continuação da vandalização desse espaço público. Acresce, ainda, a falta de limpeza do muro do Parque das Merendas, cheio de ervas, e do edifício do Bar, com ervas e musgo no seu telhado, revelando um estado de total abandono. Também a Fonte Árabe precisa de uma maior manutenção e limpeza, pois o tanque está roto e repleto de fungos. Outra questão, ainda relativa ao centro histórico, é se está pensada a reestruturação das infraestruturas da zona histórica? Refiro-me aos cabos elétricos, à rede de telecomunicações, águas e esgotos. E também, se já foi equacionado o problema do pavimento que está em calçada de vidro calcária – isto, na rua da Piriquita? Urge a sua substituição por outro material, por exemplo, por calçada em granito para as pessoas não escorregarem. Há algum projeto para a reestruturação das infraestruturas na zona histórica? Se existe, por que não é exequível? -----

--- Outra situação que aqui trago tem a ver com a falta de passeio de acesso de Ranholas para a rotunda do Ramalhão, ou seja, no sentido do final do IC19 para Sintra. Não existe acesso pedonal, as pessoas têm que caminhar pela valeta, e quando chove têm que ir pela estrada, apenas existindo passeio a partir do arco do Ramalhão. Também a estrada antiga, paralela à atual estrada, do lado direito, no sentido Ranholas para a rotunda do Ramalhão, serve de estacionamento. O diferencial entre uma estrada e outra, bem como a valeta, dificultam a saída do estacionamento para a estrada principal porque a valeta é muito acentuada. --

--- Quero ainda falar sobre a Avenida Gago Coutinho, que é aquela avenida que vem de Ouressa para a Portela de Sintra. Nesta avenida, devido à construção da ciclovia de Ouressa para a Portela de Sintra, o eixo da faixa de rodagem foi ligeiramente deslocado, o que origina a que, no sentido de Ouressa para a Portela de Sintra, as rodas do lado esquerdo das viaturas tenham que pisar a zona de costura, ou fissura, que anteriormente era o eixo da faixa de rodagem. Assim, se nada se fizer, a passagem continuada de viaturas levará à degradação do pavimento, começando a partir por ali. A fim de evitar a degradação daquela estrada, deve reparar-se aquela zona de costura, ou em alternativa, proceder-se à repavimentação em betuminoso. -----

--- Em relação à Pousada da Juventude, devido à demora de execução desta obra, pergunto ao senhor Presidente se já foi ultrapassado o prazo contratado para a execução da mesma? Se sim, quais as sanções que foram aplicadas pelo atraso de entrega da obra? Se ainda não decorreram os prazos de prorrogação para a execução, quando é que terminam? -----

--- Quanto à Recomendação do PAN, eu não sei se ela vai ser votada, ou não, mas entendo que esta Recomendação é inócua uma vez que, de acordo com a legislação em vigor, já existe a obrigatoriedade de o Estado promover ações cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais impeditivas de uma participação cívica ativa e integral. Os pedidos de licenciamento, autorização de loteamento, urbanização, construção, reconstrução ou alterações em edificações, devem ser indeferidos quando não respeitam as condições de acessibilidade exigíveis, cabendo, no âmbito deste mecanismo, um importante papel à Câmara Municipal, pois é ela a entidade responsável pelos referidos loteamentos e autorizações. Por outro lado, as informações que forem recolhidas no terreno no decurso de ações de fiscalização, são remetidas para o Instituto Nacional para a Reabilitação que, por sua vez, procederá periodicamente a um diagnóstico global do nível de acessibilidade existente no edificado nacional. Mais do que a Recomendação à Câmara Municipal, é o Direito positivado que, obrigatoriamente, tem que ser cumprido. Daí, o não fazer sentido esta Recomendação. -----

--- O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca, referiu: Senhor Deputado

Maurício Rodrigues, peço-lhe o favor de nos facultar a sua intervenção para nós termos as suas sugestões bem presentes, pelo que lhe ficarei grato. -----

--- No que concerne à Pousada da Juventude, esta está muitíssimo atrasada. Temos tido um cuidado muito grande com a empresa que a está a construir porque, realmente, a obra foi adjudicada numa altura em que os preços eram uns, mas estes subiram, entretanto, pelo que esta empresa tem tido uma grande dificuldade em prosseguir com a obra. O mais importante é que a consiga acabar, caso contrário, o que nós vamos ter de fazer é um novo concurso para a parte restante, o que vai ser mais caro, porventura, do que a Pousada toda, para além de demorar ainda mais tempo. Assim, o que nós temos vindo a articular com a empresa, que é uma empresa de Sintra, é que os prazos vão sendo cumpridos da melhor forma possível. Ultimamente, tem havido um grande investimento na obra, no que está a ser feito, mas não lhe posso dizer neste momento se, chegados a uma determinada altura, nós não tenhamos que vir a abrir um novo concurso para acabar a Pousada. Todavia, isto não está a acontecer só em Sintra, mas um pouco por todo o lado, com um problema sério ao nível das obras públicas, devido quer à falta de pessoal nas obras públicas, quer à subida dos preços que estão a encarecer quasi mensalmente, havendo imensas obras que estão a atrasar-se face aos seus prazos de execução. Nós estamos com níveis de execução baixos, e com verbas acometidas, exatamente, pelas prorrogações – é rara a obra no Concelho de Sintra em que nós não tenhamos que dar uma prorrogação por mais um mês, dois meses. Isto é o que se passa no nosso Concelho. Mas se for aqui ao lado, a situação ainda é pior! Nós pagamos a tempo e horas, mas em Concelhos onde isso não acontece, estes chegam a ter 85% de concursos desertos. Todavia, é verdade, nós estamos com este problema, que não é nosso, que é um problema de mercado, mas nós estamos permanentemente a articular com os empreiteiros para que não haja ainda mais derrapagens do que aquelas que tem havido. A Pousada da Juventude é, realmente, o pior caso que temos em mãos, mas temos que conseguir o nosso objetivo. Em relação a multas, teremos que fazer as contas no fim, mas se começamos logo a aplicar multas, ainda antes de saber o que é que se pode fazer para resolver as situações, o que acontece é que, pura e simplesmente, a obra acaba de vez, e não temos rigorosamente nada. Portanto, a situação é esta. -----

--- Em relação à Loja do Cidadão do Cacém, tem toda a razão naquilo que diz, mas a obra está em curso. Trata-se de uma obra de fundo, incluindo 4 novas entradas de arejamento, problema este que está na nossa agenda, e no final faremos a avaliação. -----

--- O que diz em relação à zona histórica, tem razão em muita coisa, mas veja só o que é que fizemos, entretanto. O Vale da Raposa foi, durante anos a fio, uma lixeira enorme que, inclusive, colocava tudo em perigo devido ao seu elevado potencial de combustão. E o que é que vamos fazer ali? Vamos instalar um Jardim Romântico do mais bonito que há! E isto tem tudo a ver com recuperação e requalificação, sendo de um grau de importância superior ao problema dos graffitis – e este problema também o resolveremos. -----

--- No que concerne à Correnteza, se o senhor lá fosse há um ano, ano e meio, havia de reparar na lixeira que estava junto ao muro, e hoje está tudo limpo. Portanto, há coisas que aconteceram que tem de ser renovadas, que têm de ser feitas. -----

--- Quanto ao resto das perguntas que faz, a ARU do centro histórico responde a todas elas. Peço à Dr.^a Sofia Silvano que fale consigo e lhe diga o que é que está previsto na ARU – Centro Histórico, bem como o que vai começar a ser feito com as verbas do turismo, partilhadas entre a Câmara Municipal de Sintra e a Parques de Sintra-Monte da Lua, que já está em cerca de 240 mil euros (até maio). -----

--- A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente, referiu: Relativamente à Recomendação do PAN, eu concordo com o senhor Presidente em como ela não deve ser votada, até porque se trata de

uma Recomendação que, caso houvesse uma votação, tornar-se-ia absolutamente redundante uma vez que isto já está previsto na Lei, desde 1997, e uma nova legislação, depois, em 2006, 22 e 13 anos respetivamente, estes últimos acabadinhos de fazer. -----

--- Hoje, eu estive na Escola Domingos Jardo, em Mira Sintra, que tem aquele problema do amianto, e eu gostaria de saber, senhor Presidente, qual é o ponto da situação sobre esta questão de remoção dessas placas em amianto. Sei que já está adjudicado, mas qual é o ponto da situação? -----

--- Outra questão. As notícias têm dado conta de uma praga de javalis no nosso Concelho. Gostaria de saber o que é que se passa. O que é que o Gabinete Médico Veterinário está a fazer? -----

--- Sobre o Regulamento de Mobilidade e Estacionamento, e suponho que o prazo para a discussão pública acabe no fim deste mês, o que esperamos é que esta discussão pública dê frutos. Contudo, continuamos a achar que faltam estudos, levantamento de necessidades que nos permitam informar uma decisão que sirva verdadeiramente as populações, até porque sabemos que há muitas queixas quanto à delimitação de zonas de parquímetros que deveriam ser discutidas mais amplamente. Mas esperamos que esta discussão seja frutuosa e que sirva o Regulamento que daqui vier a sair, e que aqui vier a ser aprovado, servindo verdadeiramente as populações. -----

--- Outra questão que lhe queria colocar, senhor Presidente, tem a ver com o parque de estacionamento da Cavaleira que, ao que parece, não está a ser eficaz, isto porque cada vez que se passa por lá apenas tem meia dúzia de carros, o que acaba por tornar bastante caro o próprio sistema de navete. Queria deixar-lhe duas questões para sua ponderação, ou para ponderação do executivo. Uma delas é que seja trocado com o parque dos autocarros de turismo, em São Pedro de Sintra, porque quem vem de carro acaba por deixar mais perto (e até pode ir a pé), pode incentivar o comércio local, e poupa-se nas navetes; a outra, poder-se-ia tornar o parque da Cavaleira num parque dissuasor da estação ferroviária de Mem Martins, indiciando então umas camionetas para essa estação. Estas, são sugestões que deixo à ponderação do executivo, mas alguma coisa tem de ser feita ali porque apenas estão lá meia dúzia de carros, sendo alguns de moradores que não os deixam à porta de casa. -----

--- Quanto à questão do silo de Monte Abraão também tenho uma sugestão! Haverá, senhor Presidente, alguma possibilidade daquele equipamento ser adquirido pela Câmara Municipal? Declará-lo de interesse municipal? É apenas uma pergunta que deixo. -----

--- Outra questão tem a ver com a Quinta da Bela Vista. A Câmara comprou o equipamento, desafetou uma parte daquela declaração de interesse municipal. Há algum destino para aquele equipamento? Já nos poderá dizer qual? -----

--- Outra situação, que também verificámos a partir das notícias, tem a ver com uma urbanização na Tercena, penso que junto à rotunda das bolas, em Massamá. O que é que se passa? Alegadamente, a Câmara de Oeiras aprovou um loteamento que viola o espaço territorial de Sintra. Agradecia que nos elucidasse uma vez que, por vezes, as notícias não são tão fidedignas quanto a gente gostaria. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Começando por responder-lhe pelo fim, em relação à questão que coloca sobre Tercena, o que aconteceu é que no último mandato, em Oeiras (não no atual mandato do Dr. Isaltino), foi aprovada uma urbanização em favor de uma IPSS, num investimento de largos milhões de euros. Portanto, trata-se de um investimento muito grande, com cerca de 200 habitações, mas que é uma matéria da competência da Câmara de Oeiras, exceto pelo facto de uma parte desse loteamento entrar 880 m² nos limites de Sintra. Esse facto foi identificado, e nós escrevemos uma carta ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras dizendo que, certamente por lapso,

foi aprovado aquele loteamento ocupando estes 880 m² de território do nosso Concelho. Bom! O senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras não respondeu, nós insistimos e comunicámos que a partir do momento em que for aprovado, e se houver obras naquele sítio, a Polícia Municipal será imediatamente avisada, e qualquer obra será imediatamente embargada por falta de licença. Também aqui não houve resposta, mas isto foi dito. Entretanto, o jornal *Expresso* apareceu com esta notícia, que não fomos nós que a demos, mas perguntaram-nos e nós informámos isto que vos estou a transmitir. Nessa notícia, o senhor Presidente da Câmara de Oeiras vem reconhecer que a nossa Câmara tem razão, que se trata de um lapso, e que esse lapso irá ser corrigido. Portanto, e de acordo com essa notícia, o Senhor Presidente da Câmara de Oeiras, através do *Expresso*, reconhece o erro e assume que os interessados irão proceder à sua correção. Assim, como nós acreditamos na palavra do senhor Presidente da Câmara de Oeiras em como este lapso vai ser corrigido, aguardamos que tal aconteça. Contudo, creio que essa correção não vai ser muito fácil, mas isso já não é connosco, embora estejamos atentos a este processo. -----

--- Quanto à Quinta da Bela Vista, como toda ela estava em Interesse Municipal, entendemos como necessário retirar parte desse estatuto para que pudéssemos, mantendo o palacete e terreno adjacente dentro do Interesse Municipal, colocar grande parte do terreno fora do perímetro de Interesse Municipal para o podermos lotear e vender. No resto do terreno que já estava fora do Interesse Municipal, tinha sido feito um projeto que salvaguardava aquelas casas que lá estão, devido a uns azulejos muito bons aí instalados. Nós mudámos porque não podíamos manter aquelas casas e, assim sendo, nós vamos tirar os azulejos todos, vamos armazená-los, sendo as casas demolidas (porque não têm interesse nenhum) para que esses terrenos possam ser vendidos em hasta pública, devidamente urbanizados, com o respetivo projeto que já está em estado adiantado. O dinheiro apurado com a venda destes terrenos irá servir para requalificar o palacete com o objetivo de o transformar numa biblioteca e num ponto de convívio, o que a Freguesia não tem. Portanto, vamos requalificar o palacete com a verba resultante da venda dos terrenos, a única forma que temos para o fazer porque essa requalificação implica mais de 300 mil euros, no mínimo, ficando ainda um grande terreno afeto ao palacete. O resto da Quinta da Bela Vista é loteado, e como fica num sítio ótimo, penso que vá render mais do que o custo da requalificação do palacete, podendo ser aplicado o remanescente na requalificação do terreno. -----

--- No que concerne ao silo de Monte Abraão, a Câmara Municipal não está interessada em comprá-lo, como é evidente. O que a Câmara está interessada em apurar é se, porventura, aquele silo não é da Câmara, matéria esta que não está ainda bem esclarecida, mas o que importa reter é que nós tivemos uma posição firme, como se sabe, e os carros estão lá todos, mas não vamos comprar porque o dinheiro dos contribuintes não é usado dessa forma. Agora, em primeiro lugar, estamos a apurar o problema do registo e ver como é que ele foi feito, até porque há 5.200 m² que não se percebe onde é que estão, e alguns até já têm prédios em cima, quer o da piscina, quer o nosso. Portanto, é um novelo que nós vamos ter de desembulhar. -----

--- Em relação à Cavaleira, o que é que acontece? Aquele parque de estacionamento foi previsto para dois objetivos: em primeiro, para servir o hospital; e em segundo lugar, para a alteração do trânsito em relação a quem vai para a Pena. Esta alteração do trânsito esteve prevista há uns 5 ou 6 meses, mas não pôde ir para a frente, pelo que este atraso está a refletir-se na Cavaleira, sendo necessário um novo olhar sobre esta questão, aliás, já integrado no Plano de Mobilidade que será apresentado a muito curto prazo. Há quem confunda este Regulamento com o Plano de Mobilidade, mas nada tem a ver uma coisa com a outra. O Regulamento tem a ver com o estacionamento, é Código da Estrada, enquanto que o Plano de Mobilidade é aquele que responde a muitas das coisas que, agora, aparecem ditas a propósito do Regulamento. O Plano de Mobilidade já integra a nova decisão sobre a Pena, ou seja, durante o mês de outubro vai ser

mudado o trânsito na rampa da Pena, passando a estar proibido o acesso a privados. E aí, sim, terá que ser anunciado que o parque da Cavaleira é o que serve aos privados para deixarem gratuitamente os seus carros, tomar a navete e regressarem à Cavaleira. Neste momento, já há uma navete a ligar o parque da Cavaleira à estação ferroviária da Portela, mas como diz e bem, o parque não está a ter a utilização desejada, a não ser por caravanas, mas não é esse o objetivo que temos para o parque. Portanto, esperamos que a partir de outubro passe a haver uma ocupação, não digo plena porque o parque é muito grande (uma vez concluído, terá uma capacidade para 1200 carros), mas utilizando uma parte importante do seu perímetro. E depois, este parque irá servir o hospital que, como é obvio, tem de ter um parque de estacionamento. Poderá perguntar: por que pagamos uma renda? Muito simplesmente porque o dono não quis vender. Já o dissemos aqui. Poderá, ainda, perguntar: por que é que não expropriaram? Bom, a avaliação para expropriação daquele terreno importa em muitos milhões. E nós temos de ter esse cuidado (uma coisa é pagar uma renda durante 20 anos, outra coisa é pagar um valor enorme a pronto). O que não está fora de causa é nós repensarmos esta situação, porque nós vamos ter de fazer ali investimentos, quando tudo estiver a funcionar, e aí, colocaremos em cima da mesa e discutiremos o que vamos ter de fazer. Se nós tivermos que fazer muitos investimentos ali, então, seguramente, vamos ter que repensar o problema da titularidade daquele parque. -----

--- Sobre a praga de javalis, bom, esse é um problema à escala nacional, e o nosso caro Presidente da Junta de Freguesia de São João das Lampas queixa-se bastante disso. Sem querer ferir as suscetibilidades do PAN, quero informar-vos que esta é uma matéria da Direção Geral de Veterinária, e só esta poderá tomar as medidas quer entender por bem tomar. E sendo a Direção Geral de Veterinária a responsável, nós não podemos intervir aí. Agora, alguma coisa vai ter de ser feita em Sintra, e não só. -----

--- Em relação à sua questão sobre as escolas, a Escola Domingos Jardo, em Mira Sintra, é uma EB 2-3 que está sob responsabilidade do Governo, não nossa, o que acontecerá apenas a partir de 1 de janeiro. Contudo, está previsto substituir a sua cobertura em amianto porque, como sabe, nós estamos a pensar investir cerca de 9 milhões de euros nas Escolas Secundárias e EB 2-3, independentemente do investimento do Governo que tem o compromisso de pagar metade, apesar de nem ter correspondido com a totalidade dos 100 mil euros que devia ter pago neste ano. Independentemente disso, não obstante essa responsabilidade ser do Governo, está previsto intervir na Escola Domingos Jardo e na António Sérgio, nomeadamente ao nível da caixilharia, pintura e cobertura. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Sim, é aquela cobertura em lusalite. Todavia, e segundo o que a Diretora da Escola Domingos Jardo nos informou hoje, o empreiteiro que vai fazer essa intervenção já lá esteve em maio e, portanto, pelos vistos, já houve um concurso e já houve uma adjudicação. Ainda de acordo com as informações prestadas pela diretora desta escola, esse senhor disse que poderia haver um problema resultante de uma eventual quebra das placas, isto, pelo facto da grua só poder ser colocada fora da escola. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Antes de lançarmos o concurso, normalmente, há inspeções que são feitas, também, pelos empreiteiros que vão concorrer. Portanto, é muito provável que um dos empreiteiros concorrentes, porventura até aquele que ganhou, fosse lá ver o que estava em causa. Agora, em maio, ainda nada estava feito. Contudo, e nesta matéria, nós tivemos um azar tremendo porque houveram 4 escolas que foram adjudicadas pela empresa *Isolfrei*, a qual, por uma questão económica, abandonou as obras, o que nos coloca num problema muito sério com esta

empresa. Trata-se de um conjunto de obras orçadas em 2 milhões de euros. É claro que já foram feitas comunicações, e as garantias vão ser executadas, mas a verdade é que é isto o que está a acontecer. ----
 --- Por fim, falou dos parquímetros. Mas não fale. Já dissemos mil vezes que este Regulamento não tem parquímetros, nem dele resultará parquímetro algum. É evidente que, agora, começam a dizer que os parquímetros já existentes também devem desaparecer, mas isso é que não. A verdade é que desta matéria não resulta qualquer parquímetro, e aliás, nem poderá resultar sem decisão da Vereação e da Assembleia Municipal. Portanto, não faz qualquer sentido, um pouco à imagem do que se dizia sobre o Centro de Saúde de Mira Sintra, “vai fechar! vai fechar!”, mas hoje estivemos lá, e não só não vai fechar como vamos investir 200 mil euros. -----

--- O **Líder do CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: São raras, são pontuais as questões que costumo levantar sobre a Freguesia de Algueirão-Mem Martins, mas hoje gostava de colocar uma questão que tem a ver com a Rua Rio da Azenha. Nesta rua, existe já há algum tempo uma estrutura pré-fabricada, mais propriamente um barracão em zinco que surge, julgo eu, para venda de automóveis. Ontem, passei por lá e constatei o aparecimento de uma oficina, encostada ao ribeiro, por entre meio de umas chapas – uma coisa esquisita. Para além disso, está a começar a aparecer um outro barracão, também em chapa de lusalite, não se vislumbrando nenhuma placa de licenciamento. Não estamos a falar de uma Vila de Sintra, onde nós ouvimos, por parte da Câmara e do senhor Presidente, que temos aqui uma boa qualidade de vida, onde a juventude tem emprego (o que até é verdade porque, por vezes, vejo-me aflito para admitir pessoal), e que está tudo muito bem, mas aquilo, ali, é um foco de poluição visual. Está licenciado, ou não? Se está licenciado, eu não percebo como se licencia uma estrutura daquelas. Depois, mesmo ao lado, há o surgir de um outro barracão num terreno que mais parece o de um ferro-velho, com dois ou três carros abandonados, duas ou três máquinas de obra abandonadas. Significa isto que, numa zona nobre da Freguesia de Algueirão-Mem Martins, importa saber se está licenciada, ou não. Se está licenciada, acho esquisito. Se não está licenciada, o que é que se vai fazer para pôr termo a esta situação?
 --- Aproveito, ainda, para falar sobre a questão das barreiras arquitetónicas, matéria esta a que eu sou muito sensível. Aliás, há alguns anos atrás, quando estava na Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, e tinha a cargo as calçadas, liderei um projeto em que qualquer intervenção numa calçada levava sempre à eliminação das barreiras arquitetónicas, fosse junto de estabelecimentos, de passeios ou passadeiras, entre outros. Assim, esta deve ser uma matéria à qual todos devemos ser sensíveis, e tomar as medidas necessárias tanto quanto for possível. Eu entendo que qualquer intervenção num passeio, se houver alguma barreira arquitetónica, esta deve ser resolvida de imediato, nessa altura. Ignoro se é esta a prática que está a ser seguida, mas deixo só este apontamento. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação a esta matéria que foi dita sobre a Rua da Azenha, eu pedia ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins que pudesse falar com a nossa Polícia Municipal, para articular no sentido de ver se está licenciado, ou se não está, para se tomarem as medidas que se julgue adequadas. -----

--- A **Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro, do BE**, referiu: Gostaria de colocar aqui algumas questões que nos têm feito chegar, começando por uma que é transversal a todos os municípios, pelo menos, a todos os utilizadores da CP, no Concelho de Sintra, e que está relacionada com a reposição dos horários de inverno dos comboios. Essa reposição de horários estava prevista para o dia 7 de setembro, mas não

está a ser efetivada, o que tem levado a uma situação de grande transtorno para os utilizadores da CP, dado que não só há atrasos nos horários normais dos comboios, mas também uma situação de grande sobrelotação das carruagens, que é mais sentida, agora, com o regresso às aulas e com o fim do período de férias de verão. Neste sentido, gostaríamos de saber se a Câmara Municipal de Sintra tomou alguma iniciativa no sentido de pressionar esta reposição dos horários normais, garantindo assim um mínimo de dignidade das condições de utilização deste transporte público que é tão importante no nosso Concelho. --

--- As demais questões que aqui trago, todas elas estão relacionadas com a cidade de Queluz. Duas destas questões estão relacionadas com a Higiene Pública de Queluz, sendo que nos foi dado a conhecer que em vários pontos da cidade têm sido avistados ratos com bastante frequência, nomeadamente no centro da cidade de Queluz, na zona dos 4 caminhos, na zona do Mercado, perto do Parque Felício Loureiro, nas imediações da Ribeira do Jamor e da Quinta da Samaritana, e também no Bairro do Alto dos Moinhos. Penso que o executivo estará a par desta situação, e gostaríamos de saber que medidas estão a ser tomadas para pôr termo a esta praga de ratos que está na cidade. Uma outra questão, também ela relacionada com a Higiene Pública, também situada no Bairro do Alto dos Moinhos e que penso que é do conhecimento do executivo, inclusive, que terá sido dado conhecimento ao senhor Presidente durante a Presidência Aberta que decorreu em Queluz, tem a ver com uma desmatação da zona contígua ao Parque das Letras, perto do Centro Social, e que também faz fronteira com a Rua dos Moinhos, uma zona onde também aparecem ratos, ratazanas e cobras. Pelo menos, os moradores, e parte da comunidade, têm apresentado queixas desta situação. Tendo já sido aberto um processo no sentido de ter havido uma desmatação nesta zona, gostaríamos apenas de saber qual o ponto da situação em que está este processo? E quando será feita a intervenção? -----

--- Por fim, e também relacionado com o Bairro do Alto dos Moinhos, mas aqui já com uma questão sobre a habitação camarária, está em curso uma há muito aguardada, e também saudada pelos moradores, intervenção nos prédios de habitação camarária, com os prédios a serem pintados e objeto de outras reparações, nomeadamente ao nível de caixilharia, e outras pequenas reparações como substituição de fechaduras e tudo o mais. Contudo, ao que parece pelo que nos dizem, a intervenção não foi terminada, foi suspensa, e não sabemos muito bem, ou as pessoas que lá habitam não sabem muito bem qual é a razão para os trabalhos não terem sido terminados. Assim, qual será a previsão para terminarem estas mesmas intervenções? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Começando pela sua última questão, eu creio que o imóvel a que se refere estava a ser reparado pela empresa Isolfrei, sendo um dos casos em que esta empresa suspendeu os trabalhos, pelo menos é essa a informação que temos, ou seja, há um caso referenciado no Alto dos Moinhos que estava a cargo da Isolfrei. Se assim é, a razão é esta. -----

--- Quanto à reposição de horários de inverno pela CP, essa é uma notícia que me está a dar. Eu não sabia que não tinha sido feita essa reposição, pelo que já dei instruções para se apurar o que é que se passou, e a razão por que não foi feita a reposição, até porque havia uma garantia da Infraestruturas de Portugal em como a reposição seria feita a 7 de setembro. -----

--- Quanto ao resto, a praga de ratos, e tudo o mais, isso é uma coisa terrível. Uma coisa é ver-se um rato ou dois, outra é uma praga de ratos, para além das cobras, embora estas costumem comer os ratos, a não ser que sejam vegetarianas. Nós não temos essa informação, mas a senhora Presidente da Junta deve estar atenta a isso, e com ela, iremos avaliar o que se passa, tomando as medidas adequadas caso se

venha a confirmar o que acaba de dizer, e da maneira como o disse. Não tenha dúvida alguma em como o faremos. -----

--- O **Presidente da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: É por causa daquela espécie de javali que grassa na União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem. São cerca de 60 animais que deambulavam na zona de Alcolombal, mas neste momento, esta situação já está tratada, senhor Presidente, depois de há uns meses a esta parte, termos vindo a acompanhar esta situação, eu e o senhor Vereador Eduardo Quinta Nova (com certeza, foi alguma porca “vietnamita” que fugiu algures de alguma cerca, e que não mais se conseguiu apanhar). Entretanto, começaram a aparecer javalis pela Cabrela e Godigana, vindos do desfiladeiro de Cheleiros, tendo coberto a dita porca “vietnamita” (entretanto isto foi evoluindo), mas já há meses que o senhor Dr. Eduardo Quinta Nova solicitou à Direção Geral de Veterinária uma solução para esta situação. E há apenas uma solução: o abate. Claro que a Junta de Freguesia se disponibilizou para fazer esse abate, desde que seja autorizada, à imagem do que acontece com o extermínio dos ratos e cobras, há pouco referenciados, porque isto, hoje em dia, é problemático. Contudo, senhor Presidente, todo este problema dos javalis “vietnamitas” surge devido ao facto de as pessoas começarem a alimentá-los, com muitas delas, inclusive, a solicitar à Junta que disponibilizasse umas bacias de pedra para colocar água porque, coitadinhos dos animais, andavam com sede, e os recipientes de plástico que elas colocavam eram destruídos pelos animais. Portanto, eu queria solicitar ao senhor Presidente se está no seu horizonte, e no deste executivo, a revisão do Regulamento Animal do Concelho de Sintra? Entendo que temos de atualizar, ou desatualizar, este Regulamento, sendo por esta razão que eu gostaria de saber se está nos horizontes do senhor Presidente fazer esse pedido à Assembleia, e às Comissões, para que seja alterado porque há muita coisa que tem de mudar neste País. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: tenho a informação do Dr. Quinta Nova em como o Regulamento está praticamente pronto, sendo uma adaptação à nova lei, e colocado em consulta pública, muito brevemente. Depois, virá à Vereação e à Assembleia Municipal para ser discutido e aprovado. O aviso em Diário da República, eu já o assinei, a dizer que o Regulamento vai ser revisto. -----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 1**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto **1.b)** da **Ordem de Trabalhos**: Apreciar e votar:-----

--- **Ata nº 05/19 referente à 2ª sessão ordinária realizada em 29 de abril**.-----

--- **VOTAÇÃO**:-----

--- Ata nº 05/19 foi **aprovada** por **unanimidade**.-----

--- Ata n.º 06/19 referente à 4ª sessão extraordinária realizada em 28 de maio.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Ata nº 06/19 foi aprovada por unanimidade.-----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Chamo à atenção que a Atividade Municipal se refere apenas a dois meses, ou seja, junho e julho, pelo que só me vou referir ao que aconteceu durante estes dois meses. Obviamente que, depois, estarei ao dispor para o que entenderem por bem, mesmo fora do âmbito temporal referido. -----

--- Em primeiro, tivemos a assinatura do acordo para a construção do Campus Universitário e para a faculdade de medicina da Universidade Católica, um grande momento para a Câmara de Sintra e para o nosso Concelho. Queria transmitir-vos que já há desenvolvimentos. O Campus Universitário será completado por um colégio inglês e por uma escola de biotecnologia, escola esta que será feita com uma grande empresa norte-americana, de São Francisco, que é gerida por um luso-descendente chamado João Melo, que assinou com a Universidade Católica, em São Francisco, na presença do senhor Primeiro-ministro, um protocolo de investimento. Tivemos um encontro, em Sintra, com o senhor João Melo e com a senhora Reitora da Universidade Católica, com os investimentos da AICEP, e a ideia é que esse investimento venha para Sintra, um grande investimento e de alta qualidade. O problema da faculdade de medicina, como sabem, tem a ver com uma posição da ordem dos médicos que, para nós, é incompreensível. A ordem dos médicos entende que há médicos a mais e, portanto, entende que esta faculdade de medicina não se justifica. Claro que há médicos a mais, segundo diz a ordem dos médicos porque, hoje em dia, um médico, não digo todos, mas tantos médicos há que estão num hospital público, estão em dois centros de saúde privados, e ainda têm consultório – é isto que está a acontecer. Ainda há dias, fui a um oftalmologista que estava no Amadora-Sintra, recebeu-me na CUF Alvalade, trabalhando também na CUF Descobertas, e tem consultório. Este é realmente o problema. Vamos ver o que diz o Comité de Avaliação, mas na parte técnica nada há a dizer porque a Universidade Católica está em consonância com a Universidade de Maastricht que é considerada uma das melhores Universidades de Medicina, a nível europeu, porventura, a melhor. Para nós, este investimento é muito importante, por um lado, pela Universidade, e por outro, porque requalifica finalmente toda aquela zona. Há um acordo entre os privados, representados pelo Montepio Geral, e a Universidade Católica para requalificar e, finalmente, termos lá a licença de utilização e receber o loteamento, matéria esta que se arrasta há muitos, muitos anos, como todos nós sabemos. -----

--- Inaugurámos 3 novos Centros de Saúde, com a presença do senhor Primeiro-ministro, nomeadamente, Agualva, Almargem do Bispo e Sintra. Quero dizer-vos que, neste momento, Belas já está com projeto. Ao mesmo tempo, Rio de Mouro também vai ter investimento, ao passo que Colares vai ter um investimento de alargamento, e Mira Sintra vai ter também um investimento. Nesta altura, o de Algueirão-Mem Martins está finalmente em construção, e nós, logo após as eleições legislativas, vamos fazer lá uma cerimónia de consagração, naquela que será a maior USF do país ao servir 60 mil pessoas. Depois do Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins estar pronto, penso que há um caminho muito importante que foi feito, e não digo

que terminou, mas sim, que se avançou substancialmente como nunca. Depois, em conjunto com o Hospital de Proximidade, finalmente, em Sintra, as coisas podem fazer sentido. -----

--- Comprámos e entregámos 12 carros-patrolha, 8 para a PSP e 4 para a GNR, numa cerimónia que contou com a presença do senhor Ministro da Administração Interna. Estas 8 viaturas para a PSP significa um carro-patrolha para cada posto da PSP; como se lembram, havia alturas em que apenas havia um carro na PSP para fazer as rondas. Foram 4 carros para a GNR, mas quero dizer-vos que eu acho que, em relação à GNR, no âmbito do nosso Conselho de Segurança restrito, nós temos que discutir e refletir sobre a falta de fiscalização da GNR, nomeadamente, no que toca ao estacionamento e ao trânsito, sendo necessário haver um incentivo e uma proximidade maior - e temos de o dizer. O Comandante da GNR é uma pessoa muito capaz e muito trabalhadora connosco, mas a GNR não pode transformar-se numa polícia de investigação criminal, e creio que há passos muito largos nesse sentido. -----

--- Celebrámos o primeiro Contrato Local de Segurança, um projeto do maior interesse. E em que consiste este Contrato Local de Segurança? É chamar a comunidade à sua própria segurança, e não apenas à segurança que se prende com a tranquilidade nas ruas e com o combate à delinquência, mas também em matérias que têm a ver com a cidadania, com a igualdade de género, entre outras matérias. Por conseguinte, é muito importante, e assenta na identificação das zonas mais problemáticas e que merecem mais atenção, entre outras, o Bairro de São José, o Pendão, a Tapada das Mercês, algumas estações ferroviárias, como a do Sabugo ou da Rinchoa, por forma a que haja, ali, um policiamento determinado e focalizado, em conjunto com a comunidade, no sentido de garantir que nessas zonas que carecem de uma maior atenção haja uma segurança no seu mais amplo significado. -----

--- Tivemos conhecimento que o Comando Territorial da GNR vai ser transferido para Sintra, o que é uma boa notícia. Já temos um terreno em vista, já há um orçamento para esse efeito, e vamos ver se se concretiza porque a Câmara, aqui, limita-se a acompanhar e, obviamente, a apoiar. -----

--- Em termos de Cultura, tivemos as Óperas na Rua, uma iniciativa que levou a música a diversos locais do concelho e a milhares de munícipes; tivemos a música barroca nas igrejas; tivemos teatro ao ar livre durante várias sessões; tivemos a CulturSintra a trabalhar ativamente connosco; tivemos uma excelente ligação com a Parques de Sintra – Monte da Lua. Enfim, há realmente aqui um conjunto de vontades no sentido de garantir uma oferta cultural diversificada e sistematizada, quasi permanente. -----

--- Uma grande vitória para o nosso concelho, temos de concordar, é a escolha de Sintra para sediar a Escola de Helicópteros, na Base Aérea. Esta escola de helicópteros, que é muito importante porque movimenta técnicos do melhor que há, estava em Inglaterra; com o Brexit, quando sai de Inglaterra, aparecem três concorrentes: a própria Inglaterra (que não queria que a escola saísse do seu território), apareceu a Alemanha, e apareceu Portugal. O nosso Ministro de Defesa, que veio várias vezes a Sintra, em conjunto com a nossa Câmara Municipal, apresentámos uma proposta; essa proposta é da responsabilidade do Ministério da Defesa, e não queremos engalanar-nos com louros que não nos pertencem. Não obstante, o Ministro disse que a Câmara Municipal de Sintra, que esteve sempre ao seu lado, foi vital no alcançar desta vitória. E é verdade, nós dissemos que a nossa gente e todo o nosso equipamento estariam ao dispor para que as obras sejam feitas no mais curto espaço de tempo. A verdade é que a Alemanha se entendeu com Portugal num esforço diplomático muito importante, e a escola veio para o nosso país, mais concretamente, para Sintra. Em conjunto com o senhor ministro, o embaixador que está a dirigir a comissão de defesa europeia, que é um senhor espanhol, foi visitar a Base Aérea, tendo visto as instalações que já estão praticamente prontas, num investimento que foi feito em tempo record. Assim, vamos ter esta escola para pilotos de helicópteros, para além, como sabem, da concentração de todos os helicópteros que vêm

para Sintra. Os aviões de treino saem de Sintra para Beja, ao passo que os helicópteros vêm todos para Sintra, o que é uma mais valia para a nossa base aérea. -----

--- Inaugurámos o novo parque urbano do Pego Longo. Quem o viu como estava, abandonado, e quem o vê agora, acho que foi um grande investimento e uma excelente iniciativa. -----

--- Transferimos as competências da Educação para nós, a primeira transferência aceite, já a partir de 1 de janeiro, como bem entendeu o ministério. Entretanto, queria vos dizer que ficámos muito surpreendidos com algumas posições dos sindicatos sobre esta matéria, dizendo que estavam contra a Câmara pela municipalização, como se tivéssemos sido nós a pedi-la, quando esta municipalização foi feita por decisão governamental. Agora, dizerem que, com a municipalização, a Câmara vai reduzir direitos dos trabalhadores, ao não poderem sair no dia de aniversário, o que é totalmente mentira. E é a mesma coisa que se diga sobre os assistentes-técnicos porque, até agora, a Câmara tem feito um grande esforço, cumprindo com a percentagem dada pelo governo, e até ultrapassando-a pagando nós, porque o governo só paga aquilo que é a sua percentagem. Como a percentagem é baixa, nós temos que o fazer, e mais do que isso, nós temos um concurso para assistentes-técnicos permanentemente aberto. Agora, se há um dia em que há 2 ou 3 funcionários numa escola que faltam 3 ou 4 dias, nós não temos capacidade para, na mesma altura e no mesmo momento, substituí-los. Portanto, se alguém lá for nesse dia, ou alguma estação de televisão, obviamente que se depara com esse problema. A partir de 1 de janeiro, estamos completamente disponíveis para fazer aquilo que temos de fazer, que mais não é do que aquilo que temos vindo a fazer. Por que é que nós concordamos que a Educação viesse para nós? Porque uma grande parte daquilo que é da Educação, das obras e daquilo que temos que fazer, está feito, portanto, não é grande novidade. Todavia, a responsabilidade é grande, o nosso quadro de pessoal vai ser muito alargado, estamos conscientes disso, mas a verdade é que, como há uma grande parte que nós já estamos a fazer, então, que assumamos a responsabilidade por tudo. E mais, que as verbas que agora não estão a ser transferidas porque nós estamos a adiantá-las, o venham a ser; e esta é também mais uma razão para nós aceitarmos esta responsabilidade. -----

--- Queria vos dizer que há um helicóptero que veio reforçar os nossos meios de combate aos incêndios, está em Mafra, tendo feito um grande trabalho. -----

--- O nosso Smas-Sintra vai investir 22 milhões de euros em São João das Lampas e Terrugem, e o senhor Presidente da Junta tem conhecimento deste grande investimento, o maior investimento que o smas faz. E por quê em São João das Lampas e Terrugem? Porque é a Freguesia mais necessitada, ou seja, não se trata de uma "ratio" investimento/população, antes, investimento/necessidade. -----

--- Celebrámos o Dia Mundial do Ambiente com um portal sobre ambiente, extremamente completo e muito interessante para consulta. A quinta da Ribafria recebeu a feira do Ambiente e da Sustentabilidade, também este um bom momento em defesa do ambiente. Eliminámos definitivamente o glifosato do espaço público. -----

--- Em termos de Solidariedade Social, tivemos a assinatura do Plano Local de Saúde de Sintra, com todas as consequências que decorrem daí. Abrimos as candidaturas às Bolsas Sociais de Serviço de Apoio Domiciliário, na sequência daquele que é um grande trabalho desenvolvido pelo senhor Vereador Quinta Nova, uma ajuda enorme que a Câmara de Sintra presta aos seus municípios seniores, apoio domiciliário este que não tinham, e que agora passarão a ter com o apoio destas bolsas sociais. -----

--- A 5ª edição do Aura Festival voltou a iluminar as noites de Sintra. A feira Quinhentista regressou a Sintra. O Festival de Estátuas Vivas continuou a animar o centro histórico. O Nocturnus da Quinta da Regaleira foi um grande êxito. Tivemos a Mostra Internacional de Marionetes, Máscara e Objetos, em Aqualva. Abrimos as bibliotecas nas praias – Praia Grande e Praia das Mações. Participámos na Festa do Japão, aliás, o senhor

embaixador escreveu-nos uma carta muito bonita. Tivemos as Jornadas de Arqueologia, no Museu de Odrinhas. A propósito, queria vos dizer que o nosso investimento em arqueologia tem 3 fases, no valor global de aproximadamente 4 milhões de euros, estando a 1ª fase, no valor de 1,3 milhões de euros, em concurso público, neste momento. Portanto, vai ser um impulso enorme aquele que nós vamos dar à investigação arqueológica, em Sintra, que é um dos concelhos com maior riqueza arqueológica, no nosso país. -----

--- Recebemos uma delegação muito importante do Conselho da Europa, com o Presidente do Congresso e a Direção do Conselho da Europa. Como sabem, Sintra está no Congresso do Conselho da Europa, na representação das autarquias, em conjunto com a ANAFRE, nas freguesias, e com o governo regional dos Açores, nas Regiões. Depois de visitar o nosso país, o Congresso escolheu Sintra para encerrar a sua visita a Portugal. E veio cá para quê? Para fazer um exame aos nossos compromissos, em matéria do respeito pelos princípios do Conselho da Europa. O relatório final ainda não é público, mas eu creio que não envergonhará o nosso país. -----

--- Tivemos uma intervenção com algum relevo, no Comité das Regiões, sobre a Sustentabilidade. Em nosso entender, a sustentabilidade deve ser o princípio orientador do processo europeu, bem como a coesão. Numa altura em que tanto se discute o corte nas verbas de coesão, e os critérios de coesão que muito nos prejudicam, nós temos de fazer uma grande força, em conjunto com a Itália, com a Espanha e com a França, no seio do Comité das Regiões, para que não haja esses cortes que podem vir a acontecer, prejudicando-nos em cerca de 3.5 mil milhões de euros. Sintra, modestamente, dentro da sua capacidade de intervenção, não deixará de estar ao lado dos aliados a lutar por esse princípio. -----

--- Fizemos uma geminação com Goussainville, uma pequeníssima localidade situada junto ao aeroporto de Orly, em Paris. Por quê esta geminação? Porque a grande maioria da população é portuguesa, tendo feito um grande esforço para se geminar com Sintra, resultando numa festa muito bonita, quer em Goussainville, quer aqui, em Sintra. -----

--- Fomos nomeados para o *RegioStars Awards* 2019, e estamos na *shortlist*. Não sei se conseguiremos algum prémio, designadamente com o Eixo Verde Azul, mas é difícil tantas são as candidaturas (só a *shortlist* tem 47 concelhos com 47 projetos). Vamos ver! O nosso lá está entre centenas, como está entre os 47. -----

--- Requalificámos o espaço público na Serra das Minas. Investimos 665 mil euros na requalificação do Bairro do Pendão. Avançámos com a requalificação do espaço público, da habitação social em Mira Sintra, bem como dos fundos vazados, num grande trabalho que foi feito, com centenas de metros quadrados recuperados que só se destinam para projetos sociais. Procedemos à requalificação do espaço envolvente ao Mercado de Queluz, mas é muito triste que nunca mais tenhamos a Loja do Cidadão, ou seja, fizemos um investimento enorme no Mercado, e já com os vendedores instalados, mas temos o 1º piso completamente vazio. Ah, já está fechado o programa! Bom, era ótimo que nós pudéssemos fazer porque era importantíssimo para toda aquela zona. Também requalificámos o Jardim do Bairro/Caracol, o célebre jardim do caracol, enquadrado nos grandes investimentos que estamos a fazer em Casal de Cambra, também com o parque urbano. Hoje, vêm aqui os 4.500 metros para a piscina para nós podermos aprovar. Restaurámos a Calçada Romana da Catribana, pela qual o senhor Presidente de Junta, Ponce de Leão, tanto lutou. Imaginem só que, há pouco tempo, roubaram todo o equipamento dos arqueólogos, situação esta que obrigou à paragem dos trabalhos por uma semana. Finalmente, beneficiámos a iluminação pública em São Pedro de Sintra. -----

--- O **Deputado Camilo Vasco dos Santos Soveral, do PAN**, referiu: Fico satisfeito ao ter ouvido o senhor Presidente transmitir-nos que se fizeram coisas boas, tendo trazido boas notícias sobre assuntos importantes. Infelizmente, trago aqui um pequeno reparo a propósito de uma situação que nos foi reportada

por vários motivos, a qual gostaríamos de ver esclarecida. Como todos temos conhecimento, o período crítico de incêndios rurais decorre, na lei, entre os dias 1 de julho e 30 de setembro. Posto isto, pretendíamos saber por que razão se recorreu à utilização de fogo de artifício nas Festas da Terrugem, entre 14 e 22 de setembro de 2019, à imagem de outras situações de utilização de fogo de artifício que ocorreram ao longo deste período, aliás, tendo sido até noticiadas em cartaz. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU**, referiu: Poderia ser o caso de apenas nos lembrarmos de Santa Bárbara quando chove, mas não é o caso. E isto vem a propósito porque venho levantar algumas questões sobre as escolas após a abertura do respetivo ano letivo. No entanto, Santa Bárbara está, e estará para nós sempre presente, o que é como quem diz, as questões que vou colocar já têm sido recorrentemente colocadas por nós, independentemente do calendário escolar. -----

--- A primeira questão tem a ver com a falta, que também é recorrente, de assistentes operacionais nas nossas escolas, o que continua, e continuará a colocar em causa o regular funcionamento das atividades escolares. Embora a Câmara possa continuar a dizer que as *ratios* são cumpridas, a verdade é que o número destes trabalhadores é manifestamente insuficiente para dar uma resposta cabal às necessidades reais das nossas escolas. -----

--- A outra questão tem a ver com as obras nas escolas, ou antes, com a necessidade de intervenção de que carecem muitas das nossas escolas. Apenas quero deixar aqui o exemplo da escola básica de Vale de Lobos que há muito precisa de ser intervencionada, com vários problemas que estão identificados, nomeadamente, pela respetiva associação de pais logo no início do ano escolar. É claro que gostaríamos que o senhor Presidente da Câmara nos pudesse dar uma panorâmica global daquilo que se passa nas nossas escolas, mas também gostaríamos de saber muito em concreto se estão previstas obras nesta escola de Vale de Lobos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para dar breves respostas às duas intervenções que foram feitas. Primeiro à do PAN, para lhe dizer que a autorização foi dada pela PSP, mas é não essa a questão porque, quando foi lançado o fogo, o alerta vermelho já não estava em vigor, tendo terminado na véspera, à noite. Portanto, o fogo foi lançado sem ser em alerta vermelho, e com todas as medidas de segurança. -----

--- Em relação à intervenção do senhor Deputado Rogério Cassona, dizer que nós estamos a investir em todas as nossas escolas, não havendo uma escola da nossa responsabilidade que não esteja a ser requalificada. São 24 milhões de euros que nós vamos investir nesta requalificação, e neste momento já estão comprometidos 11 milhões de euros, embora já executados seja menos. Em relação a esta escola em concreto, eu não sei se ela é uma EB1, mas se for da nossa responsabilidade, pode ter a certeza, ela vai ser requalificada. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Começando pela questão levantada pelo Deputado do PAN, reparei que se levantou um grande burburinho por se questionar o lançamento de fogo de artifício, no verão, em cima de um alerta vermelho. Eu devo recordar, senhor Presidente da Câmara, e o senhor sabe com certeza, que a Câmara tem responsabilidades na Proteção Civil, sendo certo que a Câmara de Sintra tem uma grande preocupação com a questão da proteção da floresta e com a prevenção dos fogos. De facto, o fogo de artifício e os foguetes, quer na festa da Terrugem, quer em outras festas, foram lançados em pleno verão, num período muito quente, e eu julgo que, no primeiro dia das festas da

Terrugem, coincidiu com o alerta vermelho. Absolutamente nada contra a festa da Terrugem, ou contra qualquer festa que se realize no concelho de Sintra, ou no país, aliás, eu viajei pelo interior do país e detetei várias situações idênticas, mas é preciso haver uma maior preocupação com estas situações porque, se gostamos de fogo de artifício e de festas, também gostamos do nosso património, pelo que há medidas de exceção que têm que ser adotadas e, sobretudo, têm que ser respeitadas. Portanto, que nos sirva de alerta para, no próximo verão, não voltarmos a ter fogo de artifício e foguetes em alturas perigosas. -----

--- Senhor Presidente da Câmara, li com atenção o relatório que nos enviou. Tomei nota de algumas das explicações que deu na sua apresentação, e ao longo desta Assembleia, sobre alguns dos temas que ali vêm inscritos, e queria levantar algumas questões sobre algumas matérias que estão no relatório, e sobre outras que não estão. -----

--- O capítulo sobre Mobilidade anuncia 43% de aumento nos transportes públicos, em virtude das mudanças que estão a decorrer na Área Metropolitana de Lisboa. Eu li a informação que nos dá, e ouvi a apresentação que nos fez, mas só nos fala da Área Metropolitana de Lisboa, mas ficamos sem saber o que é que isso se traduz para Sintra, qual é que é a previsão de aumento, para quando, em que zonas, para que operadores, o que seria importante saber. Isto leva-me a uma segunda questão. Foi aqui dito numa das Sessões de Assembleia, antes do período de férias, que no dia 15 de julho iria ser apresentada a proposta do Plano Municipal de Mobilidade, um Plano cuja necessidade nós andamos há vários anos a defender e a reivindicar. A Câmara está a construí-lo, já foi anunciado por diversas vezes, estava previsto para 15 de julho, mas não aconteceu, e o senhor Presidente, hoje, já falou na sua apresentação que está para breve. Breve, tem uma data? E é mesmo para cumprir porque estamos carenciados deste Plano, e precisamos de discutir a sério a Mobilidade no nosso Concelho. -----

--- A terceira questão, ainda relacionada com Mobilidade, e que já foi aqui abordado nesta Assembleia, tem a ver com o tal Regulamento de Trânsito que está em discussão pública. Depois de várias semanas de grande discussão pública sobre a hipotética, ou potencial, ou putativa introdução de zonas parqueadas em algumas das Freguesias urbanas do Concelho, o senhor Presidente anunciou em Reunião de Câmara, e depois, em Sessão desta Assembleia Municipal, que não haverá parquímetros na zona urbana enquanto for Presidente e enquanto este executivo se mantiver em funções. Já hoje, voltou a dizer que o Regulamento não prevê parquímetros. Senhor Presidente, aquilo que eu li no Regulamento é que vão ser criadas umas zonas de estacionamento de duração limitada, onde o estacionamento pode ser concessionado e pago, havendo até um artigo específico que, se não me falha a memória, é o 43º, que prevê horários para esse tipo de intervenção e de pagamento. Embora o Regulamento ainda esteja em período de discussão pública, a pergunta que lhe faço, senhor Presidente, perante a afirmação de V. Exª em como não haverá estacionamento pago nas ruas das Freguesias urbanas, é se a Câmara pretende retirar do Regulamento estas normativas? Não basta dizer que durante o seu mandato, ou durante a presença deste executivo na Câmara, não há estacionamento pago, isto porque, se o Regulamento o prevê e se se permite aplicá-lo, mais cedo ou mais tarde, ele vai aparecer. Portanto, dar ou não dar garantias à população de Sintra que estas medidas vão desaparecer, ou vão ser revistas ao ponto de não permitirem que o estacionamento seja implementado um dia mais tarde. -----

--- A última questão sobre Mobilidade tinha a ver com aquilo que há pouco falámos, ou seja, foram cortados comboios no princípio do verão, nas horas de ponta, entre Meleças e o Rossio e entre o Rossio e Meleças, mas esses comboios não foram repostos, as ligações são escassas, e isso trás muitos transtornos às pessoas, sobretudo a quem mora do Cacém para Sintra, porque têm menos ligação ao Rossio do que tinham há uns meses. -----

--- O segundo grupo de questões tem a ver com a casa da Gandarinha, que continua embargada e continua numa grande dúvida. Tivemos pareceres negativos de arquitetura, de ambiente e de arqueologia; tivemos um embargo que a Câmara colocou por desconformidades com o projeto – falava-se de questões relacionadas com volumetria. Temos, ainda, um parecer negativo da Direção Geral do Património, mas a verdade é que a Gandarinha continua parada, e continua uma cicatriz na nossa Serra. E não apenas está situada numa zona natural sensível como também é uma zona de património sensível. Assim sendo, senhor Presidente, em que ponto é que estamos? E quais são os próximos passos? Quais as medidas que vão ser tomadas para resolver, eventualmente, para corrigir algumas das irregularidades que ali possam estar? ----

--- Outra questão. Em que ponto é que está a obra da cadeia comarcã? O regresso dos escoteiros far-se-á dentro do prazo previsto e acordado? -----

--- Outro assunto. O senhor Presidente diz-nos que, desde julho, a Câmara deixou de utilizar o glifosato no concelho de Sintra. Registamos com agrado essa medida e esse compromisso, mas encontrámos várias referências com o símbolo da Câmara Municipal, durante o verão, à utilização de glifosato no Concelho. E não só encontrámos esses sinais, já depois do período referido, como as empresas que fazem limpeza urbana no Concelho também continuam a utilizá-lo. Além dos serviços camarários não utilizarem o glifosato, que medidas é que a Câmara vai tomar, ou está a tomar, para que as empresas que subcontrata (ou as Freguesias subcontratam), também elas não utilizem glifosato? É que não basta a Câmara deixar de utilizar se, depois, outras entidades continuarem a fazê-lo. -----

--- A última questão tem a ver com a limpeza e recolha de resíduos sólidos. Sabemos que temos passado por um período conturbado, como sabemos que a situação tem vindo a melhorar, e o senhor Presidente até já nos descreveu, hoje, várias situações relacionadas com problemas com serviços contratados. Sabemos tudo isso e somos bastante solidários porque concordamos com a medida de internalização tomada, mas continuamos a encontrar acumulação de resíduos e contentores a abarrotar em muitas zonas do Concelho, especialmente em alturas mais críticas. Na última Sessão da Assembleia, ou há duas atrás, eu coloquei esta mesma questão, e o senhor Presidente disse-nos que os trabalhadores têm o direito a descansar ao fim-de-semana, não podendo ser obrigados a trabalhar nestes dias. Eu sou solidário com o direito dos trabalhadores ao descanso e à qualidade de vida, mas acho que há trabalho que tem que ser feito para bem da comunidade e da Saúde Pública – quando eu era enfermeiro num Hospital da grande Lisboa também trabalhava ao fim-de-semana e em dias feriados, primeiro dia do ano, dia de Natal, e por aí fora. Do que os trabalhadores precisam é de condições e de incentivos para serem justamente recompensados pelo seu trabalho, seja em horas extraordinárias, seja em horas especiais, em dias mais críticos. Portanto, senhor Presidente, a pergunta que lhe faço é: estão previstas medidas, ou não, para reforçar esse contingente a fim de evitar que, nos feriados que se aproximam, e na época de Natal e de fim-de-ano, voltemos a ter situações muito complicadas como aquelas a que assistimos nos últimos meses? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: No que concerne ao fogo de artifício, nós temos de ter a consciência que não vale a pena permitir lançá-lo quando ninguém o quer lançar porque não há festas. A questão coloca-se precisamente no período das festas, em que é preciso lançar fogo de artifício. É claro que em relação ao nosso concelho, sempre que há alerta vermelho não há fogo de artifício, e isso foi dito várias vezes. Na Terrugem, volto a repetir, o alerta vermelho acabou antes do fogo de artifício ser lançado. E além disso, montou-se todo um aparelho de segurança que tornava quase impossível haver qualquer outra solução. Nós temos que cumprir a nossa missão, e temos que ter o cuidado de garantir tudo isso, mas não podemos esquecer completamente as populações naquilo que são as suas

tradições e o seu ponto de festa; termos populações que estão o ano todo a trabalhar isolados de tudo, quando têm uma semana de festas, e não podem fazer nada – não lançam fogo de artifício, não podem fazer barulho porque incomoda. -, não podemos ir por aí. Portanto, as populações têm todo o direito de ter as suas tradições, e nós temos que as respeitar, garantindo a segurança em primeiro lugar, sempre, e aí estamos de acordo pelo que, se num dia houver alerta vermelho em vigor, lançam no dia em que tal não se verificar. E nós só temos é que garantir e preservar a Serra. Quando nós limitamos o acesso à Serra, com dificuldades políticas, algumas, porque há interesses privados que são ofendidos, nós não hesitamos em fazê-lo porque, em primeiro lugar, está a segurança e a preservação da Serra, sobretudo em dias críticos. -

--- Quanto à Mobilidade, é verdade que nós aumentámos em 43 % as carreiras internas, na Câmara. Como é que isto foi feito? Isto foi feito através da Área Metropolitana de Lisboa. As carreiras intermunicipais são da exclusiva responsabilidade da Área Metropolitana de Lisboa, enquanto que as intramunicipais são da responsabilidade da Área Metropolitana de Lisboa sob proposta e sugestão das Câmaras Municipais, o que nós fizemos, e foi aceite. Também é para isso que nós pagamos 4,5 milhões de euros por ano, e não apenas para o Passe Único, é também para garantir este aumento da oferta interna. Agora, quais são as carreiras que são feitas, em que zonas, e tudo o mais, isso será dito a seu tempo, e eu creio que essa é uma matéria que seguramente constará do Plano de Mobilidade. -----

--- A propósito do que me pergunta sobre o Plano de Mobilidade, tem toda a razão porque devia ter sido apresentado no dia 15 de julho, não foi, mas nós continuamos a trabalhar junto com a Universidade. Nós, em Sintra, temos variadíssimos planos de mobilidade (sendo este o último), planos onde se gastou milhares e milhares de euros e, praticamente, nenhum deles teve grande aproveitamento. O que nós queremos é que haja um Plano de Mobilidade que possa ser utilizado e aproveitado. Tem sido um trabalho longo, lento, mas que se pretende que seja um bom trabalho e que possa ser executado. A informação que o Rui Pereira me dá é que, até ao fim de este ano, nós teremos este Plano feito, em discussão pública, tendo então as suas linhas gerais, e o que é que resultará dessa discussão pública, por forma a que, para o ano, nós tenhamos um Plano de Mobilidade aprovado. Mas é verdade, já deveria ter sido apresentado, e se não foi, por algum motivo ponderoso deve ter sido. -----

--- Em relação aos parquímetros, quando se pôs no Regulamento que havia zonas suscetíveis de serem parqueadas, isto era correto. Por quê? Porque, um dia, alguém pode querer que essas zonas sejam parqueadas, e isso pode acontecer porque há zonas em que até os interessados desejam que sejam parqueadas, sendo esta a forma de muitas vezes proteger quem lá vive e quem trabalha para que pessoas de fora não venham lá deixar os seus carros *ad eternum*. E não se diga que os parquímetros têm alguma coisa a ver com receitas para nós porque os nossos parques são todos gratuitos, e tenho a impressão que não há muitos concelhos que tenham só 2 parques portajados como nós, e que já estavam quando chegámos. Nós temos os parques do Cacém e de Massamá completamente recuperados, nos quais a EMES investiu dezenas e dezenas de milhares de euros, e não recebemos um tostão. O mesmo acontece com aquele parque enorme, ali junto à estação ferroviária da Portela de Sintra, onde não se paga nada. Portanto, nós estamos bem à vontade nesse domínio. Voltando a essa parte do Regulamento a que o senhor Deputado André Beja fez referência, a reação imediata foi dizer-se que “vão parquear, vão colocar parquímetros”, quando nunca alguém disse que se ia colocar parquímetros em parte nenhuma; a única coisa que se disse é que, quem entendesse um dia, se predispunha haver parquímetros, escusando-se a necessidade de se elaborar um novo regulamento, adequar-se uma nova lei, o que é normal. Mas, no momento em que esse boato começou a correr, e como nós não vamos pôr parquímetros nenhuns, nem nunca isso esteve pensado, nós vamos eliminar essas referências para que não haja dúvidas, passando a

constar no próprio regulamento “daqui não resulta a instalação de parquímetros”. Um dia, quem quiser instalar parquímetros, fará um novo regulamento, escolherá a zona onde quer instalar os parquímetros, explicará por que é que o quer, vai à Vereação, vem aqui à Assembleia Municipal, e decide-se democraticamente. -----

--- Em relação à Gandarinha, senhor Deputado André Beja, nós temos ali um grande problema. Como sabe, foi dada uma autorização e a obra começou, e o que aconteceu foi que a obra ficou desajustada do projeto inicial. Em quê? Houve a eliminação de 4 zonas de apartamentos para aumentar a zona de estacionamento, o que não estava no projeto. Portanto, eliminaram 4 apartamentos, devem ter puxado o prédio mais para o lado, para aumentar em 25 zonas de estacionamento, isto, se a memória não me falha. Quando constatámos esta situação, interviemos imediatamente e fizemos o embargo. Entretanto, eles quiseram corrigir as obras, e apresentaram um projeto que nós tivemos que submeter à DGPC. Esta entidade, que antes tinha dado pareceres favoráveis, começou a dizer não, aqui e ali, no projeto que lhe fizéramos chegar. E por quê? Porque há uma pressão política enorme sobre a Gandarinha. Uma pressão política e judicial porque o Procurador da República está permanentemente a perguntar se já foi e como é. Por conseguinte, há duas saídas: ou aquilo fica assim ad eternum, e aí, o problema pode ser muito grave para todos (estão ali investidos perto de 30 milhões de euros), ou então, nós e a DGPC temos que dizer ao empresário que, se ele quer aquilo legalizado, tem de fazer isto que está aqui. Faz ou não faz. Se fizer, logo vemos como é que as coisas correm. Entretanto, o empresário não tem respeitado o embargo e já foram passados dois autos, o último no dia 10 de setembro, já participados ao Tribunal por desobediência qualificada. Eu espero bem que nós possamos arranjar uma solução que melhore o projeto e que permita a sua conclusão, para que não haja a continuidade daquela situação degradante, até para a UNESCO, porque é bem pior estar aquilo ali como está do que ter o hotel. Portanto, é isto o que está a acontecer com a Gandarinha. -----

--- Em relação à cadeia comarcã, o primeiro concurso ficou deserto. Entretanto, a obra já começou, com um prazo de execução de 60 dias. -----

--- Em relação ao glifosato, só podemos falar por nós, ou seja, nós não utilizamos o glifosato. Agora, se há subcontratantes nossos, ou das Freguesias, que o fazem, bom, isso é um problema que nos ultrapassa, embora tenhamos que os fiscalizar, mas não há. E a informação de que disponho é que não há mesmo recurso ao glifosato, isto porque no caderno de encargos está expressamente proibido o seu uso. A acontecer, tal constituiria uma violação ao disposto no caderno de encargos. -----

--- O **Deputado António Manuel Branco Nunes, do CDS/PP**, referiu: A propósito do ponto 12, alínea f), do relatório da atividade municipal, e correndo o risco de me repetir um pouco em relação a algumas intervenções anteriores, eu tenho a informação que continua a haver utilização de glifosato, como herbicida, na Várzea de Sintra, em Cabriz e em São João das Lampas. Tenho uma pessoa amiga, que pertence ao grupo “Sintra sem herbicidas”, que me referiu isto dizendo que o grupo tem em seu poder fotografias dos avisos de utilização deste produto, em agosto. Uma vez que a Câmara Municipal de Sintra refere no seu relatório de atividades municipal já ter deixado de utilizar o glifosato, venho questionar sobre o que se pode fazer para, de uma vez por todas, se acabar com a utilização do mesmo. Acrescento, como já tinha referido anteriormente, que o ácido pelargónico utilizado agora, apesar de aparentemente não ser perigoso para a Saúde Pública, é um inseticida - no seu rótulo é referido “perigo para os insetos polinizadores, nomeadamente, as abelhas”. -----

--- Há poucas semanas, retomei os meus passeios de bicicleta que tinha deixado de fazer há uns anos por causa das matilhas de cães, e desta vez evitei os locais onde sabia ter essas matilhas, mesmo imaginando

que já tivessem sido capturadas. No entanto, entre o Mucifal e Janas, deparei-me com uma vara que eu pensava ser de javalis (não, não foi em São João das Lampas!), mas falando com um amigo que é caçador há 40 anos, ele informou-me tratar-se de uma vara resultante do cruzamento do porco vietnamita com o javali. O porco vietnamita não costuma atacar pessoas, coisa que o javali faz no caso de ter crias ou estar ferido, mas desconheço o que fará esta mistura de espécies, embora, verdade seja dita, eu também não fiquei à espera para saber. No caso do javali, para além de poder matar uma pessoa, o seu ataque pode ser portador de micro-organismos passíveis de causar doença no ser humano como, por exemplo, os parasitas do género *trichinella* ou o bacilo da tuberculose, para além da destruição que estes animais provocam nas culturas. -----

--- Ainda em relação à presença de animais nas ruas, neste caso, os cães, apesar de não ter notícias recentes sobre a existência de matilhas, continuam a existir cães soltos nas ruas. Há cerca de um mês, um vizinho meu andou a fugir de bicicleta, perseguido por um cão, junto à praia da Aguda, o que o levou a deixar de fazer esse percurso. -----

--- Este ano, no Centro de Saúde, atendi 3 pessoas mordidas por cães, o que não é um local habitual de recurso em situações deste tipo; dois desses cães tinham donos, mas andavam à solta, e o terceiro, aparentemente, não tinha dono. No meu local de residência, em Nafarros, passeiam-se alegremente os cães, havendo alturas em que nos impedem até de entrarmos em nossas casas. Considerando esta sensação, própria da idade medieval, em que não se pode sair de casa sem o risco de regressar mordido, ou de chegar morto ao hospital, venho, no mínimo, alertar para a existência daquela vara de porcos, de javalis, de mistura, ou do que quer que seja, neste caso, entre Janas e Nafarros, mas parece que existem mais. Mas também dos grupos de cães na praia da Aguda, e demais cães soltos em diversas localidades. E não estou a referir-me a matilhas. Acrescento o hábito de quem deixa os seus cães soltos, o que é manifestamente ilegal, independentemente do seu grau de perigosidade, pelo que deveria ser alvo de uma maior vigilância por parte da Polícia Municipal. Acresce, ainda, a contínua falta de civismo de muitos que, passeando os seus cães, ainda que com trela, deixam os seus dejetos nos passeios das ruas. Assim, eu sugeria que fossem resolvidas as situações da vara de porcos e dos cães soltos, com recurso à Polícia Municipal, bem como à avaliação desta sobre o registo dos cães para identificação dos donos, quando aqueles se perdem, são abandonados ou criam matilhas. Aproveito para acrescentar a necessidade de reforçar junto da comunidade o cuidado a ter com os dejetos dos seus animais, preferencialmente pela via preventiva, disponibilizando sacos para apanhar os dejetos, mas não descartando a via punitiva. Recordo a morte de uma mulher, em 2017, por ataque de cães, em Nafarros, e recordo ainda os 1.359 ataques que, no ano passado, ocorreram no nosso país. Acrescento que as pessoas que eu vi mordidas no centro de Saúde não contam porque não apresentaram queixa na Polícia, o que perfaz mais 3 casos a acrescentar àqueles 1.359 que referi, e imagino que existam muitos mais que não foram reportados. -----

--- Sei do cuidado que a Câmara tem tido em relação a alguns locais, no que diz respeito à limpeza do mato, que é uma potencial causa de incêndio. No entanto, nem sempre a população tem esse mesmo comportamento. Onde eu resido, são vários os quintais e jardins cheios de mato seco, que me preocupam mais pela proximidade a residências, pelo que sugiro que estes casos sejam avaliados, e feitas recomendações, dado que falar com os responsáveis não tem surtido efeito (e nós já falámos com os responsáveis). -----

--- A propósito da construção da faculdade de medicina, apenas queria referir que Portugal é um dos países da Europa que mais médicos forma por habitante. Neste momento, Portugal forma cerca de 2.000 médicos por ano que, depois, por condições físicas ou monetárias, cerca de 400 médicos saem do país – e 400 é

mais do que os médicos que a faculdade de medicina de Lisboa/ Santa Maria forma por ano. Os países europeus que recebem estes médicos fazem-no sem ter gasto um tostão na sua formação, porque foram os pais quem suportaram todos os custos, desde a alimentação à educação, ou desde as propinas ao mestrado, a somar aos que o estado gastou, acrescentando todo o custo, quer familiar, quer estatal, o que equivale, segundo um estudo que eu publiquei numa revista de gestão, a cerca de 400 mil euros, verba esta que o país recetor dos nossos médicos acolhe por igual. A solução para reter os nossos médicos era proporcionar-lhes boas condições físicas. Pessoalmente, trabalho no Centro de Saúde de Colares onde estetoscópios, esfigmomanómetros, aquecimento, mesas de apoio foram todos comprados por mim, simplesmente, porque não havia. Acrescento que, para além disso, estamos à cerca de um ano com metade das secretárias, e estivemos um ano sem elevadores pelo que, quando vinha um doente em cadeira de rodas, ou que não conseguia subir as escadas, nós tínhamos que descer ao rés-do-chão para ver o doente. E acrescento mais, durante dois meses, a porta da frente esteve fechada, tendo os doentes que contornar o Centro de Saúde para poderem entrar. Neste momento, eu ganho 6,9 euros/hora líquidos como médico especialista, neste Centro de Saúde, enquanto que os meus colegas que vão para a Suíça ganham 25 vezes mais – se isto é um mercado livre, cada um sabe de si. Ninguém quer que tudo seja perfeito, mas a retenção destes 400 médicos que saem do país, anualmente, seria importante. -----

--- O **Presidente da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: Nós temos que ser sérios quando vimos para este púlpito dizer coisas que não correspondem minimamente à verdade. Houve 2 senhores Deputados que vieram a esta tribuna falar do fogo de artifício, aos quais tenho que dizer que não sabem aquilo que vieram dizer porque, de certeza absoluta, não estiveram lá, nem se aperceberam do que é que se passou. Por conseguinte, só por desconhecimento, ou por má-fé, é que vieram dizer aquelas barbaridades. -----

--- Às 17h38, do dia 22, foi-nos comunicado que o alerta vermelho iria passar a alerta laranja, inclusive, recebi essa mensagem vinda diretamente da Proteção Civil de Sintra. Mas, independentemente disso, o fogo de artifício, na Terrugem, foi lançado a partir da 00h25 – e mesmo que o alerta vermelho não tivesse terminado naquela hora, às 24 horas tinha passado a laranja. Este é o primeiro ponto que queria esclarecer, e quem disser o contrário mente com tudo quanto tem na boca. Depois, temos que ver que ainda há pessoas sérias neste mundo, e eu próprio estive a inteirar-me das condições em torno do lançamento das valonas. A propósito, não sei se sabem que as valonas nada têm a ver com o antigo fogo de artifício que se efetuava nos anos em que eu era menino e ia a correr apanhar as canas, tão somente porque o primeiro que apanhasse as canas ganhava um prémio – hoje, não há nada disso. Hoje, senhores Deputados, há valonas, há fogo preso com todas as condições de segurança, e o local onde ele foi lançado estava devidamente limpo, sem qualquer tipo de vegetação, e com a presença de 4 viaturas dos Bombeiros à volta para qualquer eventualidade, que não podia acontecer porque, quem percebe disto, sabe perfeitamente que as condições que lá estavam implementadas eram excelentes. Tenho todo o gosto em estar aqui a partilhar tudo isto convosco porque conversei com a Comissão de Festas, com o senhor Vereador, Dr. Domingos Quintas, e com a Proteção Civil, na pessoa do senhor Álvaro Tereso, com quem estive, sempre, em contacto permanente. E podem ter a certeza, senhores Deputados, que se houvesse a mínima possibilidade de perigo, eu agiria em conformidade para que o fogo de artifício não ocorresse. Por conseguinte, que fique bem claro que não andamos aqui a brincar aos fogos de artifício, nem a brincar com as leis. -----

--- Em relação ao glifosato, há praticamente dois anos que a Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem não utiliza qualquer herbicida nas suas ações. Também sou franco, não o utilizamos porque

aquilo não faz mal nenhum às ervas, razão pela qual deixei de gastar esse dinheiro dos contribuintes. Como não posso comprar herbicidas que estão proibidos no mercado, aqueles que nós aplicávamos antigamente e que, durante 4 ou 5 meses, não tínhamos problemas absolutamente nenhuns. Agora, estou cheio de problemas porque todos aqueles que criticam as emissões dos herbicidas são os mesmo que criticam termos as ervas com um metro de altura – pois, como não hão de ter. Sobre o glifosato, aqui há um problema com os empreiteiros que fazem a manutenção dos jardins, e eu, quando fiz o contrato plurianual com o empreiteiro, ele tinha previsto a aplicação do herbicida, que é legal desde que respeite o distanciamento de 200 metros às escolas. Portanto, sou confrontado pelos empreiteiros em ter que pagar mais, para que eles não recorram aos herbicidas nos espaços verdes em que vão intervir. Mas, se o senhor Presidente me disser para eu acabar com isso, eu acabo, o empreiteiro cancela-me o contrato, fazemos outro contrato pelo dobro dos custos, e o senhor vai ter que me devolver a diferença. -----

--- Sobre a questão dos animais, dos cães, dos javalis, dos porcos e de isto tudo, senhor Presidente, desculpando-me desde já, este assunto vai ter de ser tratado como deve ser. O Regulamento vai ter de ser alterado porque, entendo eu, deveria ser proibido andarmos com os cães na rua. Desculpem-me, eu tenho condições para ter cães, e tenho-os com todas as comodidades, incluindo dentro de minha casa onde, porventura, eles até têm mais do que eu – e digo isto porque a minha mulher, que não é de nenhum partido político, nem pertence a nenhum movimento canino, mas porventura, ela gosta mais de cães do que de mim. Por conseguinte, ninguém me vem aqui ensinar nada sobre cães, sobre a dignidade devida no tratamento de animais, ou tudo o mais, mas é completamente inadmissível que as Juntas de Freguesia tenham que despendar, anualmente, milhares de euros para apanhar a “merda” dos cães. Isto tem de acabar, e das duas, uma, ou o Regulamento é alterado, com multas como deve ser, e com a Polícia Municipal a exercer a mesma fiscalização que faz com os resíduos, multando as pessoas que não apanhem os dejetos que os respetivos animais “depositarem” na via pública – se eu for apanhado a urinar na via pública, tenho uma multa, eu que até sou diabético e me vejo obrigado, forçosamente, a encostar num lado qualquer, ou se cuspo para o chão, mas isto dos cães é impensável. Convido qualquer deputado a ir a São João, ao recinto da feira na sexta-feira antes da feira mensal, só para observarem o estado em que aquele espaço se encontra, pejado de dejetos de animais. Por conseguinte, não basta virem para a rua e constituírem-se como os paladinos da liberdade dos animais, disto e daquilo – hoje, dar uma estalada num homem é menos grave do que dar um pontapé num cão, e não há quem me venha ensinar como é que se dá um pontapé num cão porque desde pequenino que durmo com eles. -----

--- Senhor Presidente, em relação aos esgotos de São João das Lampas e Terrugem, tenho a certeza em como o senhor compreende os 20 anos de atraso que esta Freguesia tem em relação ao saneamento básico. Permita que diga a V^a Ex^a que é da maior justiça para com as 18 mil pessoas desta Freguesia, de igual modo, portadoras do direito a usufruir de saneamento básico como as demais pessoas dos outros Concelhos, sendo um deficit que havia. Claro que os meus colegas brincam comigo, felizmente, damo-nos todos bem, tendo inclusive sido eleito pelos meus colegas presidentes de junta para o grupo de trabalho sobre a acumulação de animais e de lixos. Vejam bem o cargo que me foram arranjar! Mas vou cumpri-lo com todo o rigor porque, podem estar certos disso, os vou representar muito bem. Assim, é da mais elementar justiça que, neste momento, a Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem seja bafejada com estas infraestruturas. Senhor Presidente, ninguém me ouve pedir Centros de Saúde, nem reabilitações, até porque São João das Lampas e Terrugem tinha dos melhores Centros de Saúde de Sintra, e neste momento estamos bem. Fico muito feliz por constatar que os meus colegas têm excelentes Centros de Saúde, mas ao nível dos esgotos, e vai desculpar-me a expressão, nós temos muita “cacazinha” naquela

Freguesia. Portanto, venho agradecer-lhe em nome do povo de São João das Lampas e Terrugem, e é preciso não esquecermos que cerca de 80% da Freguesia, 87 km², ainda não tem saneamento básico. Ainda não tem, pelo que é da mais elementar justiça que tal esteja a acontecer. -----

--- O **Líder do CDU, Deputado Jacinto Higinio Domingos**, referiu: Na página 7 do relatório que V. Ex^a nos fez chegar, no 3º parágrafo, fala sobre o investimento do Município na Saúde, que está em curso. Como sabe, nós temos uma opinião diversa sobre esta matéria, e não a vou discutir agora porque não é essa a questão que me trás aqui, pelo que só lhe irei perguntar o seguinte: se é possível saber quando é que o Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins está pronto? E se há alguma data prevista para a instalação dos equipamentos? -----

--- Na página 10 deste mesmo relatório, V. Ex^a refere também o investimento que foi feito nas forças de segurança, GNR e PSP (e concordo com a sua afirmação sobre a postura da GNR face a alguns aspetos relacionados com o trânsito), considerando-o um investimento importante. Também aqui, como sabe, divergimos a propósito deste tipo de investimentos, e já o referi mais do que uma vez, mas a questão que se coloca é muito simples, ou seja, na base de um protocolo, investindo a Câmara duzentos e tal mil euros, aqui, com certeza que a Câmara deve ter procurado garantir que o Ministério da Administração Interna também fizesse investimento, nessas mesmas forças policiais, no âmbito de outras matérias, como instalações, fardamentos, condições alimentares, ou como quem diz de forma taxativa: “se nós vamos investir numa área que não é da nossa competência, o que é que vocês, tutela, irão fazer também?” Acho que é legítimo, e até saudável, caso o tenha feito. -----

--- Na página 11 do relatório em apreço, fala-nos na transferência do Comando Territorial da GNR para Sintra. Obviamente que se trata de uma mais valia - aliás, tudo o que se trate de equipamento que venha para o nosso território, desde que seja equipamento que venha estruturado e que constitua uma mais valia, é sempre de saudar -, a questão que se coloca é: já há local? Se já tem alguma ideia sobre qual o investimento que a Câmara vai ter, podendo não ser diretamente em instalações? No fundo, pretendo saber qual o investimento que se prevê, a montante e a jusante, ser necessário a Câmara realizar, por forma a garantir esse equipamento para o Concelho. -----

--- Sobre a rede de transportes, e se tiver em memória as declarações que eu aqui proferi a propósito desta matéria, sendo esta uma medida importante, estruturante, e que permitiria uma melhor fluência das viaturas individuais, para além de beneficiar muito a população, principalmente as pessoas mais idosas porque lhes permite deslocar de forma mais barata, uma das questões que eu coloquei na altura foi sobre o facto de não ter sido acautelado o investimento na compra de viaturas, em pessoal, para além de outras garantias. E eu penso que este investimento é importante. E o que eu pretendo saber é se este é um investimento programado, isolado na perspetiva de que vamos investir agora estes milhões, mas integrado num plano de investimentos a longo prazo que aumente a qualidade? Como sabemos, por falta de meios, essa qualidade não existe neste momento, apesar de a medida ser boa. Se porventura estivermos perante um plano incorporado, daí a minha pergunta, esperemos que esta situação venha a melhorar. -----

--- Passando à página 16, sobre a questão da transferência de competências, e como V. Ex^a sabe, nós somos críticos sobre esta matéria, votamos contra esta transferência, estamos contra ela, mas vamos acompanhando o que se passa. Assim, nomeadamente na área de transferência de competências da Educação, com a admissão de 394 novos trabalhadores, 4 novas viaturas, e com um investimento de 4.862 milhões de euros, a questão que se coloca, até porque não está expresso no relatório (sem prejuízo de já poder ter sido referido em momento anterior, eventualmente, durante a própria discussão destas matérias),

é sobre qual é a comparticipação do Estado neste investimento? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Sobre a questão colocada sobre o Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins, o prazo é de 18 meses para construção, e estará em funcionamento em 2020. Da nossa parte é seguro que assim seja, e espera-se que o ministério da Saúde aja em conformidade, até porque o equipamento é transferido de um lado para o outro, o que nos leva a afirmar que estará tudo pronto em 2020. -----

--- Sobre as forças de segurança, o que se está a fazer é um levantamento de todas as instalações da PSP e da GNR que necessitam de reparação para, depois, podermos valorizar custos e calendarizar, começando pelas mais urgentes e profundas. Uma vez realizado este trabalho, faremos um protocolo com o ministério da Administração Interna para que as obras se concretizem, tendo em consideração que a Câmara Municipal de Sintra sempre se tem batido para que as nossas forças de segurança tenham instalações dignas, coisa que não existe em muitos casos, no nosso Concelho. Há instalações da PSP nas quais os guardas não têm condições de dormida, comida, para nada. As instalações da nossa guarda, aqui em Sintra, já vão beneficiar de um grande investimento, na ordem dos 200 mil euros, metade nosso, metade do ministério da Administração Interna, caso contrário, continua tudo na mesma. E mesmo em relação às demais instalações, nós vamos ter de nos preparar para a realização de um protocolo a partir do qual, mesmo que o ministério da Administração Interna intervenha com a maioria do investimento, porventura, nós também teremos que ajudar em parte dele. -----

--- Em relação à transferência de competências do ministério da Educação, este transfere integralmente a verba de 4.862 milhões de euros. -----

--- Sobre o comando territorial da GNR, há uma ideia para um local, mas como sabe, trata-se de uma matéria da competência do ministério da Administração Interna. Há outros sítios, em nosso entender, que são melhores, e nós já dissemos quais eram, mas o ministério da Administração Interna é que tem de decidir. -

--- A **Presidente da União de Freguesias de Queluz e Belas, Deputada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves**, referiu: Senhor Presidente, o que me trás aqui é o facto de se ter requalificado a zona do Pego Longo. De facto, a requalificação da estrada nacional 117, com o alargamento desta requalificação a toda a sua envolvente, foi uma atitude fundamental que nunca tinha sido sequer equacionada. Felizmente que, desde 2013, temos um executivo municipal que olha muito para as envolventes, como olhou, neste caso, não só para o que era necessário requalificar, mas tudo o que a envolve. E o Bairro do Pego Longo é um claro exemplo daquilo que nunca foi um bairro, ao longo de 20 ou 30 anos, tendo sempre estado nas condições que conhecíamos antes desta requalificação. O senhor Presidente falou no parque que era, mas nem tal poderíamos considerar que fosse, mais uma lixeira autêntica. E aí, sim, havia pessoas a viver em condições sub-humanas, e com rastejantes à porta de casa, completamente. Portanto, a requalificação de todo este espaço vem conferir outra dignidade a quem reside e a quem, ali, pretenda constituir família. A História é feita de bons e menos bons momentos, mas este é um daqueles grandes momentos no âmbito da requalificação das zonas da Freguesia de Queluz e Belas. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhora Presidente da Junta, realmente, foi verdade. A inauguração da requalificação do Bairro do Pego Longo foi um momento muito feliz para todos nós. Antes, conhecemos aquela lixeira, mas com um investimento um pouco superior a 1 milhão de euros, conseguimos dotar Pego Longo de uma outra qualidade, sendo importante que, agora,

os seus habitantes o cuidem. Já agora, referir o investimento de 650 mil euros que estamos a fazer no Pendão, também este, um investimento muito importante numa zona igualmente sensível que irá ser toda requalificada. Em relação à EN117, esta custou 2 milhões de euros, sendo 1 milhão da Câmara, mas tem a ciclovía, tem tudo, isto, depois de terem passado mais de 30 anos para ser feita. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Está na sua informação, senhor Presidente, que distribuiu novos carros-patrulha, quer à GNR, quer à PSP, assunto que aqui muito foi falado, mas ainda bem, e muito nos congratulamos com isso porque as forças de segurança fazem aquele trabalho quase surdo, mas que nos permite ter a perceção de segurança, e permite ao país estar considerado como um dos países mais seguro do mundo. Nós devemos isso às nossas forças de segurança, e naturalmente, elas precisam de meios para poderem cumprir as suas funções, dando-nos essa segurança que todos nós merecemos, e que tão bem faz ao nosso país, também em termos de atividades económicas, turismo. Numa palavra, são essenciais. Isto para lhe dizer que, relativamente às instalações, concordo consigo quando fala de degradação, nomeadamente, a esquadra do Cacém que constitui uma enorme vergonha, um conjunto enorme de “encrósias” (expressão que a minha avó utilizava quando se referia a coisas que eram atabalhoadas), isto porque, se vem alguém numa cadeira de rodas (aquele espaço nem sequer tem elevador), tem que ser ouvido numa sala cá em baixo, enfim, numa “encrósia”, fazendo com que aquela parte da investigação criminal seja, de facto, uma coisa tenebrosa, apesar dos próprios efetivos terem procedido a alguns melhoramentos à custa do seu próprio bolso. É verdade que isto já tem muitos anos, assumindo quota-parte da responsabilidade, evidentemente, mas também já passaram mais alguns, e esta situação tem que ser solucionada. Senhor Presidente, tem alguma previsão? Há algum plano para o fazer? -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Estava a ouvir a senhora Deputada Ana Valente a falar da esquadra do Cacém e a lembrar-me do Centro de Saúde de Aqualva, que era o pior do nosso país, onde os médicos chegavam a ter que atender os doentes, com mobilidade nula ou reduzida, na rua (hoje, Aqualva tem um Centro de Saúde novo). Sabe por que é que a esquadra está assim? Porque nós propusemos que a esquadra fosse para o 1º piso do Mercado de Aqualva, com umas instalações ótimas, com mais de mil metros quadrados, mas não querem porque a polícia não se mistura com os vendedores. Nós também já realizámos investimentos no Cacém, não foram só eles, mas é claro que o Cacém está na primeira linha dos investimentos, tem toda a razão. A esquadra de Casal de Cambra, por exemplo, não é muito melhor, senão repare, quando fomos lá, nós deparámo-nos com 2 scooters que estavam paradas por falta de bateria. Quando dissemos que nós dávamos a betaria, responderam-nos que não, que tinha que ser feito não sei o quê (claro, depois acabámos por comprar as baterias porque as scooters destinam-se a fazer as rondas da Escola Segura). Portanto, isto anda assim. -

--- **O Presidente da Freguesia de Casal de Cambra, Deputado Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos**, referiu: Venho aqui enaltecer todo o trabalho realizado no desenvolvimento económico, social, desportivo e financeiro, que tem colocado o Concelho de Sintra na vanguarda, e num local de excelência para se viver, visitar e investir. Casal de Cambra, outrora terra clandestina, é hoje um bom local para viver e jamais poderemos esquecer a vontade deste Município em organizar e construir o futuro da Vila. Aconteceu neste passado, e acontece no presente. Na última Presidência Aberta a Casal de Cambra, e pegando nas palavras do Dr. Basílio Horta, sempre que visitamos a nossa Freguesia ficamos sujos de pó. E é bem verdade, mas uma verdade só possível porque temos um Presidente, e um executivo, que visita o

território, e que olha para os seus fregueses com uma grande, grande proximidade. Casal de Cambra é uma terra com futuro. A construção do parque canino, a construção do parque de merendas, a requalificação da lagoa, a construção do futuro parque urbano, a requalificação das escolas, ou a construção do parque intergeracional, são grandes passos para o crescimento e consolidação do território, com a sua devolução à população. A falta de habitação constitui, também para nós, uma preocupação, e agradeço todos os esforços realizados para a legalização do território, e disponibilização para a aquisição de imóveis para a sua habitação mista. -----

--- Um outro facto, também ele muito importante e que jamais poderá ser esquecido, será a entrega das viaturas às forças de segurança, o que demonstra a preocupação e o investimento que é realizado na segurança de todos nós. -----

--- Resta-me agradecer todo o empenho e todo o trabalho desenvolvido, em grande proximidade com todas as nossas Freguesias. -----

--- O **Líder do PS, António Luís Oliveira dos Santos Lopes**, referiu: Estamos a discutir a atividade municipal e, ao longo desta discussão, ouvimos falar, aqui, e por diversas vezes, desde porcos a javalis, passando pelas matilhas de cães, gatos, cobras e ratos, aliás, como estamos num período de campanha eleitoral, o PAN ganhou largamente este debate porque conseguiu pôr-nos a falar de uma série de animais. Aproveitando o pendor desta discussão que tanto caminho tem feito relativamente às questões animais, eu acho que devíamos ser ainda mais arrojados, senhor Presidente, ao tentar encontrar algumas soluções complementares. Por exemplo, veio aqui uma senhora munícipe queixar-se, e bem, porque tanto eu quanto os meus camaradas e bancada até ficámos bastante chocados com o facto de haver um condómino no prédio desta senhora que tem 12 ou 13 gatos no seu apartamento, onde não os devia ter. São 30?!! Ótimo, se são assim tantos porque não negociarmos com esta senhora para que os seus gatos sejam colocados ao serviço do Município, perseguindo os ratos de que aqui falámos, papel que lhes conferiria estatuto de grande utilidade. Com isto, caros colegas, apenas estou a tentar fazer algumas propostas mais arrojadas, que vão mais além, aproveitando as sinergias desta discussão animal. Relativamente aos porcos e aos javalis, ou à mistura que já houve entre porcos e javalis, e que está na origem de uma série de ninhadas, poderá haver 2 soluções: uma vez que, ao que parece, as pessoas continuam a não ser sensíveis a estacionar os seus carros nos parques dissuasores depois de, durante tantos anos, terem pedido esses parques porque essa era a solução (agora, parece que os parques dissuasores já não são a solução, mas o problema porque estão vazios), porque não encaminharmos esses javalis para esses parques dissuasores, tendo o cuidado de os conduzir por caminhos que não tenham sido tratados com glifosato, para que os animais não saiam contaminados de forma alguma. Também ouvi falar em matilhas de cães, podendo estas ser colocadas a tomar conta dos javalis para que estes permaneçam contidos no espaço dos parques. Temos, ainda, uma outra solução que, pessoalmente, acho que seria interessante, ou seja, os cães poderão ser devidamente treinados para serem colocados de guarda, junto aos contentores do lixo, aqueles em que os nossos munícipes, ao invés de depositarem os seus sacos lá dentro os deixam cá fora, munícipes infratores esses que sofreriam o ataque desses animais treinados, isto, em nome e defesa das boas práticas. Relativamente às cobras e aos ratos, eu acho que a Câmara devia fazer um esforço no sentido de apurar se estas cobras são rateiras, e caso o sejam, também terão utilidade porque poderão acabar rapidamente com a referida praga de ratos existente penso que em Queluz. Todavia, pelo facto de tanto aqui se ter falado de cobras e de ratos, isto demonstra, senhor Presidente, que esta Câmara tem um deficit em morcegos e em corujas porque, caso esta Câmara tivesse feito um maior investimento em

morcegos e corujas, certamente, não haveria tantos ratos nem cobras. Há uma outra alternativa para os javalis. Nós temos típicos festivais em Sintra, designadamente, o do caracol ou o do mexilhão. Assim, por que não criar o festival do Asterix, tendo em consideração que já temos os javalis, podendo até ser o momento ideal para Sintra se geminar com uma aldeia gaulesa. Caros colegas, permitam-me que, para lá deste apontamento de humor, que a única coisa que pretende é realçar o facto de, aqui, terem sido apresentadas as atividades municipais referentes a dois meses, e tal como em anteriores ocasiões, é apresentada obra concreta, bem como um conjunto de iniciativas que, neste caso, até se referem a um período relativamente breve, mas com bastante interesse e com bastante sumo, se assim me posso expressar, e nós, muitas das vezes, o que andamos é à procura de animais rastejantes para evitar ver o que aqui foi apresentado com pormenor sobre o que está a ser feito, e que está a ser bem feito. Finalmente, quero expressar um voto para que não voltemos a ter aqui intervenções sobre a questão dos parquímetros, até porque o senhor Presidente já garantiu pela quinquagésima vez que não vão ser colocados novos parquímetros, mas também, já agora, senhor Presidente, enquanto sugestão final, se algum município se apresentar com qualquer uma destas espécies animais dentro da sua viatura, terá imediata isenção de pagamento caso eles sejam colocados. -----

--- O **Líder do CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Na página 27, V.Exª refere o fim da utilização do glifosato por parte da Câmara, e anuncia a opção, em alternativa, por um herbicida biológico. Eu não conheço este tipo de material, pelo que gostaria de saber se este produto resolve o problema? Se tem algum efeito? Sei que esta é uma área que o senhor Presidente não domina, mas poderá ter alguma informação que me elucide. -----

--- Passando para a página 36, no âmbito do reforço da imagem internacional de Sintra, o senhor Presidente refere que Sintra recebeu, em junho, uma delegação do Congresso do Conselho da Europa que iniciou a avaliação da forma como Portugal cumpre os critérios da Carta Europeia de Autonomia do Poder Local. Diz, ainda, ter-se tratado de um encontro, e passo a citar: (...) que promoveu o diálogo entre o Conselho da Europa e os representantes das Autarquias e das Regiões Portuguesas que decorreu em clima de total liberdade. O encontro permitiu também reforçar a importância decisiva do combate à corrupção, tendo sido debatido a relevância da obrigatoriedade da existência de Planos Municipais de combate à corrupção que abrangem não só os eleitos, mas os próprios trabalhadores das autarquias.” A questão é muito simples: esse Plano já existe na nossa autarquia? Se existe, eu gostaria de pedir uma cópia para ter real conhecimento dele. Se não existe, quais as medidas que vão ser tomadas para que essa situação vá para a frente. -----

--- Sobre a questão dos parquímetros, quero saudar a decisão de ser retirada. Posso não concordar consigo, senhor Presidente, mas eu acredito na sua palavra, como acredito que não mandará colocar os parquímetros quando diz que o não fará. Mas o senhor Presidente tem mais um mandato para fazer, estamos os dois com setenta e tal anos, razão pela qual ninguém nos garante que, seja quem for que vier a seguir, não os vá colocar, e é esta a questão, ou seja, nós não podemos garantir para o futuro aquilo que nós não conseguimos garantir. Assim, tendo o senhor Presidente referido que esta matéria vai ser retirada, saúdo essa decisão, e não irei falar mais dela. -----

--- Sobre a questão da Gandarinha, este é um problema que temos que resolver, e sobre o qual eu já tinha deixado um alerta numa minha intervenção anterior. Agora, não faz sentido termos ali aquele monstro, pelo que temos de o resolver, mas sem colocar em causa os direitos do Município, ou ir ao encontro dos interesses do construtor, que já vimos que é aldrabão. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao substituto do glifosato, como diz, e bem, eu não tenho conhecimento químico, mas a única coisa que sei é que ele é caro e, para além disso, é mau por não ter grande eficácia, e segundo dizem os especialistas, também não é inofensivo. Portanto, nós temos aqui um problema, e como dizia há pouco o senhor Presidente de Junta, Ponce de Leão, ou nos habituamos a conviver com a erva e saímos de catana, ou não sei o que é que poderemos fazer porque, em boa verdade, temos aqui um problema sério. -----

--- Em relação à luta anticorrupção, já há algum tempo que nós temos um Regulamento sobre essa matéria, e teremos todo o gosto em facultá-lo. Foi sobre esta matéria que o Conselho da Europa mais falou, no âmbito de duas matérias que mais o preocupa, designadamente, e em primeiro lugar, com a liberdade dos autarcas e as muitas pressões que sobre eles é exercida. E há muitos países que estão a limitar seriamente a liberdade dos autarcas, inclusive a prender autarcas, como na Hungria, na Turquia, na Roménia ou na Letónia, em que há problemas muito sérios. Portanto, um dos pontos da agenda foi sobre os autarcas sob pressão, e o segundo, precisamente, era sobre a corrupção. Agora, muitos dos países que são atingidos por uma e pela outra coisa, começam a não pagar ao Conselho da Europa, sendo por isso que este Conselho está numa situação muito complicada. E uma das coisas graves que aconteceu foi que, na última reunião do Conselho, constava da agenda a eventual extinção do próprio Conselho da Europa, o que seria uma coisa absolutamente impossível de se perceber. Os Estados Unidos não pagam o que deviam, a Turquia limitou drasticamente as suas verbas, a Hungria praticamente deixou de pagar, à imagem da Roménia, e Portugal, honra lhe seja feita, aumentou, conjuntamente com a França, Espanha, Itália e Alemanha, a sua contribuição, garantindo assim que, pelo menos, o Congresso das Regiões se possa fazer. Como veem, as coisas não estão muito bem. -----

--- Quanto à Gandarinha, passa-se exatamente o que eu dizia há pouco, ou seja, nós temos que resolver aquele problema, mas o que não podemos é resolvê-lo sozinhos. E nem imagina os sustos que temos tido com a Gandarinha. -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de primeiras alterações ao Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património.** Proposta nº 547-P/2019.-----

--- O **Deputado Adolfo Miguel Delgado dos Reis**, do PSD, referiu: Em si, esta proposta não levantou grande discussão uma vez que, em reunião da comissão especializada de Administração, Finanças e Património, a única alteração que se produziu no texto prende-se precisamente com a alínea a), nº2, do artigo 14º, cujo articulado inicial referia que o Departamento de Recursos Humanos teria de fazer uma menção qualitativa das classificações de serviço atribuídas nos últimos 3 anos aos colaboradores, no âmbito do SIADAP. E a alteração que se produziu foi, no fundo, adequar este texto à realidade de muitos serviços que fazem as avaliações bianuais, o que colocava a questão de, nesses casos, saber qual o número de anos necessário para se fazer a avaliação do colaborador ou, neste caso, do funcionário da Câmara Municipal. Esta foi, por conseguinte, a única alteração que se fez. Tudo o mais, no texto, foi objeto de análise, não nos tendo suscitado qualquer polémica, pelo que entendo tratar-se de um texto que, facilmente, pode ser debatido e votado hoje. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto **4** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar retificação à Proposta nº 478-P/2019, aprovada na reunião de Câmara de 30.05.2019 e na sessão da Assembleia Municipal de 02.07.2019, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 680-P/2019.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **5 e 6** da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em apreço:-----

--- Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a alteração da delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana: São João das Lampas/Magoito; Colares/Almoçageme; e Ulgueira/Cabo da Roca, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 646-P/2019.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana, nos termos da respetiva proposta:**

Área de Reabilitação Urbana de Francos;

Área de Reabilitação Urbana de Dona Maria/Camarões;

Área de Reabilitação Urbana do Bairro de Oureças. Proposta nº 647-P/2019.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em apreço:-----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 e 2020 da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 582-P/2019.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 32 (PS; 1 PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE; PAN)-----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 11 (6 PSD; 4 CDS-PP; MPT) -----

--- Esta proposta foi aprovada por maioria .-----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas rubricas das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 678-P/2019.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a nomeação da empresa JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda., para a prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas do Município de Sintra e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o ano de 2019 e 2020 com possibilidade de renovação expressa por mais um ano, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 679-P/2019.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 10 a 16 da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito rapidamente, só para frisar que temos, aqui, dois contratos interadministrativos da maior importância para os parques intergeracionais, salvo erro, os de Casal de Cambra e Sintra. Relativamente aos demais, trata-se de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, como é o caso de Pego Longo, entre outros, em que as Juntas de Freguesia assumem responsabilidades importantes, com a transferência das verbas a ser feita por parte da Câmara. Trata-se, por conseguinte, não de uma desconcentração, mas de uma verdadeira descentralização. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em apreço:-----

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Sintra, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização da obra de construção, funcionamento, vigilância e limpeza do Parque Intergeracional D. Afonso V, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 665-P/2019.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Casal de Cambra, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização da obra de construção, funcionamento, vigilância e limpeza do Parque Intergeracional de Casal de Cambra – Parque Urbano 25 de Abril de 1974, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 676-P/2019.

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: **Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Sintra um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 33/2014, de 14 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação do Espaço de Jogo e Recreio do Barrunchal, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 681-P/2019.

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: **Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Queluz e Belas o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 37/2014, de 28 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação do Espaço de Jogo e Recreio do Parque Municipal do pego Longo, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 682-P/2019.

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 00

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Queluz e Belas, o qual inclui a prestação**

de uma verba para garantir a manutenção dos percursos pedonais no Parque Municipal de Pego Longo e no Parque do Bairro SAAL de Pego Longo, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 683-P/2019.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 15 da Ordem de Trabalhos: **Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 30/2014, de 14 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação de equipamentos, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 684-P/2019.**-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 16 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, o qual inclui a prestação de uma verba para garantir a manutenção dos percursos pedonais do Parque Urbano Ramada Curto, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 685-P/2019.**-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 17, 18 e 19 da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito rapidamente para sublinhar a importância destes contratos interadministrativos. São EB2/3, escolas da competência do Governo, em que nós, com as Juntas de Freguesia, fazemos pequenas reparações, designadamente um

.../...

vidro que se parte, ou uma porta a necessitar de intervenção. Tudo isto já estava a funcionar muito bem com as EB1/2, e agora estendemos às escolas da competência governativa central. Acho que é uma excelente decisão e, obviamente, mais uma descentralização para as Freguesias. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em apreço:-----

--- Ponto 17 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Rio de Mouro; União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; União de Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro; União de Freguesias de Cacém e São Marcos; e União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, o qual inclui a transferência de verbas para a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nos termos da respetiva proposta, Proposta nº 744-RP/2019, com a seguinte alteração: ---**
 --- *No quadro identificado no ponto 3 da proposta, incluir **Escola Secundária Stuart Carvalhais** respeitante à **União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão.***-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 18 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município, a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, para a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 745-RP/2019.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 19 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Colaboração entre o Município e os Agrupamentos de Escolas da Rede Pública de Sintra, no âmbito da implementação de medidas de “Apoio à Família” que garantam**

uma escola a tempo inteiro para o ano letivo 2019/2020, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 746-RP/2019.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **20, 21 e 22** da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em apreço:-----

--- Ponto **20** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito do “8º Grande Prémio de Atletismo de Casal de Cambra”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 607-RP/2019.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto **21** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Queluz e Belas no âmbito da “2ª Corrida de Queluz-Belas – Prémio José Araújo”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 698-RP/2019.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto **22** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “8º Grande Prémio de Atletismo de Almargem do Bispo”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 699-RP/2019.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **23, 24, 25 e 26** da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas em apreço:-----

--- Ponto **23** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 175,00 m2, a destacar do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 514 – São João das Lampas (extinta), com a área total de 908,00 m2, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 619-PM/2019, com a seguinte alteração: -----

--- Na proposta, onde se lê “...**sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de Sintra...**”, deve ler-se “... **sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem...**”.

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto **24** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal das seguintes áreas, nos termos da respetiva proposta:**

- 86,00 m2 (proveniente do artigo rustico 12, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 4872 da freguesia da Terrugem) ficando este artigo subdividido em duas parcelas;

- 81,20 m2 (proveniente do artigo 127, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 6598 da mesma freguesia);

- 129,90 m2 (proveniente do artigo 27, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 5466). Proposta nº 620-PM/2019.-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto **25** da Ordem de Trabalhos: . **Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 82,50 m2, a integrar no domínio privado da autarquia, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 621-PM/2019.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto **26** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal, para integrar no domínio privado municipal, da parcela de terreno com a área de 4.593,51 m2, a confrontar a norte com o domínio público, poente com a Av. da Dinamarca, nascente com a Av. de Lisboa e a sul com Alexandra da Silva Navalho, em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 719-PM/2019.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto **27** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a cedência do piso subterrâneo do Silo Automóvel de Massamá à EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A., inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1871 – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, composta por dois pisos suscetíveis de utilização independente - piso térreo de estacionamento não coberto e cave com estacionamento coberto, com área total de 11.200,00 m2, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 731-PM/2019.-----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente, a proposta que estamos a discutir neste ponto, o último de uma longa lista, propõe a cedência de um piso do silo automóvel de Massamá à Empresa Municipal de estacionamento de Sintra para que a empresa possa proceder à recuperação deste equipamento para, posteriormente, o devolver ao serviço público. De uma forma resumida, é isto que está em causa. Este equipamento, que tem problemas estruturais sobejamente conhecidos, foi utilizado pela Polícia Municipal durante bastante tempo, não estando a ser utilizado neste momento, mas precisa de uma obra estrutural, e propõe-se que seja cedido para recuperação e para

utilização. Não nos choca que assim seja, mas há uma questão que não nos parece estar garantida, quer no contrato, quer nesta proposta, que é: como é que se vai compatibilizar a utilização daquele espaço, na presunção de que a respetiva exploração seja paga, com a necessidade de estacionamento dos moradores naquela zona. Haverá condições especiais para os moradores e para os comerciantes? Portanto, queríamos perceber quais as condições em que isto vai acontecer. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A EMES gere os parques do Cacém e de Massamá sem cobrar nada. E a informação eu tenho é que este parque também não terá cobrança. Pergunta-me se poderá haver no futuro? Neste momento, não é isso o que está previsto. Claro que, no futuro, pode haver, aqui, em Massamá e no Cacém, mas nós não sabemos o futuro, não o podemos dominar, meu Deus, não é possível -----

--- O **Líder do CDU, Deputado Jacinto Higinio Domingos**, referiu: Eu não conheço este espaço, mas tenho algumas interrogações sobre esta matéria. Qual é a importância deste estacionamento para a zona envolvente? A outra questão tem a ver com a degradação do espaço referida na documentação que foi disponibilizada, nomeadamente do espaço térreo, uma vez que é por cima do espaço subterrâneo. Assim, qual é o número de estacionamentos que aquilo vai ter? Será, o número global de lugares de estacionamento (piso térreo e subterrâneo), o suficiente para satisfazer as necessidades de estacionamento, nesta zona? Continuará a haver deficit de lugares de estacionamento? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Neste parque, as obras têm uma parte subterrânea, que estava de tal maneira degradada que o piso superior estava em risco de abatimento. Assim, o piso de cima será para estacionamento normal, e esse é gratuito. A parte subterrânea destinar-se-á a avenças destinadas àquelas pessoas que querem estacionar o carro como se de uma garagem se tratasse, e essas pagam. Desde já, peço desculpa se, porventura, não fui suficientemente claro aquando da minha intervenção anterior. No que concerne ao número total de lugares que passarão a estar disponíveis, a EMES é que há de dizer, enquanto entidade responsável que vai explorar aquele espaço. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: A partir da resposta que acabou de dar ao senhor Deputado Jacinto Domingos, uma coisa ficou esclarecida: haverá lugar a pagamento no estacionamento subterrâneo. O senhor disse, ainda, que a parte de cima é pública e a subterrânea não. Não, não! A parte de baixo também é pública porque também faz parte do equipamento camarário. A questão, aqui, é: qual a utilização eu lhe vamos dar? Nós não estamos a falar de um parque que está nas mesmas condições que o do Cacém ou de Massamá, como há pouco referiu, porque esses são parques de interface da estação ferroviária. Estamos a falar de um parque de estacionamento situado no coração de um bairro onde, à superfície, se verifica deficit de estacionamento para os próprios moradores. E a pergunta que colocamos, que tem logica, e que os moradores também virão colocar dentro de meses, é se irão, ou não, ser criadas condições para os moradores poderem estacionar preferencialmente ali? Repare, a determinadas horas, à superfície, é impossível estacionar naquele bairro. Portanto, se temos um equipamento municipal que está situado no coração de um bairro, pergunto, tem ou não tem sentido utilizá-lo em benefício dos munícipes e das munícipes que habitam naquele mesmo bairro, e que, infelizmente, não têm condições para estacionar as suas viaturas. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Se nós pudéssemos fazer tudo de graça fá-lo-íamos para todos. O que se passa é o seguinte: hoje, não há estacionamento neste bairro porque, cá em cima, na zona da praça ninguém estaciona. Portanto, o que nós vamos fazer é dar estacionamento na zona da praça, e esse é gratuito, mas quem tem um carro que, em vez de o deixar numa garagem, queira partilhar o espaço subterrâneo, paga uma avença de 30 euros por mês. Era o que faltava que uma pessoa que tem um carro, precisa de estacioná-lo, e que em vez de o deixar numa garagem, ocupe o espaço subterrâneo sem nada pagar. Para mais, sendo certo que a EMES vai lá investir 600 mil euros. --

--- O **Presidente da Freguesia de Casal de Cambra, Deputado Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos**, referiu: Bom, chegarmos ao ponto de discutirmos este assunto com tanta veemência, de facto, é algo similar a isto mesmo o que se passa no próprio local devido às dificuldades que os moradores têm em estacionar os seus veículos. Acresce ainda o facto de estarmos a falar de uma zona muito próxima da zona industrial de Massamá que, durante o dia, tem uma procura enorme, proporcional ao número de trabalhadores que prestam serviço nas unidades empresariais que estão sediadas nesse polo industrial, e ao entardecer, há um conjunto de moradores que têm estacionamento gratuito no piso superior desse edifício (se não me falha a memória, estamos a falar de cerca de 500 lugares para estacionamento no piso superior, ignorando a capacidade que poderá vir a ter o piso subterrâneo). Importa ainda reter que se trata de uma zona que foi recentemente reforçada à superfície, em função das necessidades de recuperação do edificado e reforço da sua infraestrutura. Ao contrário do que poderá eventualmente acontecer em outros locais, ali, os moradores pedem que lhes seja dada a oportunidade de estacionarem nesse silo, não se importando de pagar. Aliás, nós quando compramos uma habitação que incluía uma garagem, nós pagamos mais do que por uma habitação sem esse espaço para estacionamento automóvel, e isto parece-me ser o que de mais óbvio e claro decorre de qualquer negócio imobiliário. Nesta zona, e em particular, naqueles prédios que ali estão, alguns deles têm garagem para um carro, mas que resulta de um contrato de compra independente do que foi feito para aquisição da habitação. Com esta proposta em apreço, o que está em causa é não só a melhoria do equipamento municipal que ali está, como potenciar a segurança ao nível do piso superior, dando oportunidade a quem prefere colocar o seu veículo em zona de segurança, coberto e ao abrigo da chuva, de contribuir com um valor, seja ele de 20 ou de 30 euros; e as pessoas estão disponíveis para isso, tal como nós estamos quando adquirimos uma casa com garagem, conscientes de que vamos pagar mais por termos esse "luxo". -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 40 (PS; PSD, CDS-PP; CDU; MPT)-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 03 (BE; PAN)-----

--- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

-- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 2**).-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23h20m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º 1

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

25.09.2019

Expediente e Informações

1. Assembleia Municipal de Loures – Moção – Metro Loures a Sacavém.
2. Grupo Parlamentar do PCP – – P JL 1244- XIII 4ª. – Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos.
3. Assembleia Municipal de Sesimbra – Moção – Por mais e melhores transportes Públicos
4. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações – Reunião Ordinária do CML – 04 de julho de 2019.
5. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações – Reunião Ordinária do CML – 18 de julho de 2019.
6. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações – Reunião Ordinária do CML – 05 de setembro de 2019.
7. Assembleia de Freguesia de Algueirão Mem – Martins – Moção da CDU - Alteração de horários na Linha de Sintra.
8. Câmara Municipal de Sintra – Informação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º 2

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia vinte e cinco do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 27º e nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 31º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

---Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

- **Ata n.º 05/19 referente à 2ª sessão ordinária realizada em 29 de abril;**-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE.-----

- **Ata n.º 06/19 referente à 4ª sessão extraordinária realizada em 28 de maio.**-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE.-----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº547-P/2019) - **“Apreciar e votar o projeto de primeiras alterações ao Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património”.**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 0-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº680-P/2019) - "Apreciar e votar retificação à Proposta nº 478-P/2019, aprovada na reunião de Câmara de 30.05.2019 e na sessão da Assembleia Municipal de 02.07.2019, nos termos da respetiva proposta". -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº646-P/2019) - "Apreciar e votar a alteração da delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana: São João das Lampas/Magoito; Colares/Almoçageme; e Ulgueira/Cabo da Roca, nos termos da respetiva proposta". -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº647-P/2019) - "Apreciar e votar a delimitação das seguintes Áreas de Reabilitação Urbana, nos termos da respetiva proposta: -----

a) Área de Reabilitação Urbana de Francos; -----

b) Área de Reabilitação Urbana de Dona Maria/Camarões; -----

c) Área de Reabilitação Urbana do Bairro de Oureças. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº582-P/2019) - "Apreciar e votar a 4ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 e 2020 da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 32 (PS-APSD-ICDS-PP-CDU-BE-PAN)

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 11 (GPSD-4CDs-PP-HPT)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº678-P/2019) - "Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas rubricas das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº679-P/2019) - "Apreciar e votar a nomeação da empresa JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda., para a prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas do Município de Sintra e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o ano de 2019 e 2020 com possibilidade de renovação expressa por mais um ano, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 665-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Sintra, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização da obra de construção, funcionamento, vigilância e limpeza do Parque Intergeracional D. Afonso V, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 676-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Casal de Cambra, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização da obra de construção, funcionamento, vigilância e limpeza do Parque Intergeracional de Casal de Cambra – Parque Urbano 25 de Abril de 1974, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 681-P/2019) – “Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Sintra um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 33/2014, de 14 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação do Espaço de Jogo e Recreio do Barrunchal, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----
--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº682-P/2019) – “Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Queluz e Belas o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 37/2014, de 28 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação do Espaço de Jogo e Recreio do Parque Municipal do Pego Longo, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----
--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº683-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Queluz e Belas, o qual inclui a prestação de uma verba para garantir a manutenção dos percursos pedonais no Parque Municipal de Pego Longo e no Parque do Bairro SAAL de Pego Longo, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----
--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 15 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº684-P/2019) – “Autorizar o Município celebrar com a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, em aditamento ao Protocolo nº 30/2014, de 14 de março de 2014, para a transferência de verbas para a gestão e conservação de equipamentos, nos termos da respetiva proposta”. -----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----
--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 16 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº685-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, o qual inclui a prestação de uma verba para garantir a manutenção dos percursos pedonais do Parque Urbano Ramada Curto, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----
--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 17 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº744-RP/2019) – “Apreciar e votar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Colaboração entre o Município e a Junta de Freguesia de Rio de Mouro; União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; União de Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro; União de Freguesias de Cacém e São Marcos; e União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, o qual inclui a transferência de verbas para a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço, com a seguinte alteração: -----

--- No quadro identificado no ponto 3 da proposta, incluir **Escola Secundária Stuart Carvalhais** respeitante à **União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão**. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----
--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Ponto 18 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº745-RP/2019) – “Apreciar e votar o aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados entre o Município, a União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, para a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos escolares do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 19 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº746-RP/2019) – “Apreciar e votar a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Colaboração entre o Município e os Agrupamentos de Escolas da Rede Pública de Sintra, no âmbito da implementação de medidas de “Apoio à Família” que garantam uma escola a tempo inteiro para o ano letivo 2019/2020, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 20 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº607-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito do “8º Grande Prémio de Atletismo de Casal de Cambra”, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 8 -----

--- Abstenções: 8 -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE ---

--- Ponto 21 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº698-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Queluz e Belas no âmbito da “2ª Corrida de Queluz-Belas – Prémio José Araújo”, nos termos da respetiva proposta”. ---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 43 ---

--- Votos contra: 0 ---

--- Abstenções: 0 ---

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE ---

--- Ponto 22 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº699-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “8º Grande Prémio de Atletismo de Almargem do Bispo”, nos termos da respetiva proposta”. ---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 43 ---

--- Votos contra: 0 ---

--- Abstenções: 0 ---

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE ---

--- Ponto 23 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº619-PM/2019) – “Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 175,00 m2, a destacar do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 514 – São João das Lampas (extinta), com a área total de 908,00 m2, nos termos da respetiva proposta”. ---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço, com a seguinte alteração: ---

--- Na proposta, **onde se lê** “...sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de Sintra...”, **deve ler-se** “... sob o artigo 2, secção “X”, da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem...” ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Votos a favor: 43 ---



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 24 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº620-PM/2019) – “Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal das seguintes áreas, nos termos da respetiva proposta:-----

- 86,00 m2 (proveniente do artigo rustico 12, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 4872 da freguesia da Terrugem) ficando este artigo subdividido em duas parcelas;-----

- 81,20 m2 (proveniente do artigo 127, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 6598 da mesma freguesia);-----

- 129,90 m2 (proveniente do artigo 27, secção O, da Freguesia da Terrugem descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 5466)”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 25 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº621-PM/2019) – “Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 82,50 m2, a integrar no domínio privado da autarquia, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 26 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº719-PM/2019) – “Apreciar e votar a desafetação do domínio público municipal, para integrar no domínio privado municipal, da parcela de terreno com a área de 4.593,51 m2, a confrontar a norte com o domínio público, poente com a Av. da Dinamarca, nascente com a Av. de Lisboa e a sul com Alexandra da Silva Navalho, em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta”. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 27 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº731-PM/2019) – “Apreciar e votar a cedência do piso subterrâneo do Silo Automóvel de Massamá à EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A., inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1871 – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, composta por dois pisos suscetíveis de utilização independente - piso térreo de estacionamento não coberto e cave com estacionamento coberto, com área total de 11.200,00 m2, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 40 (PS-PSD-CDS-PP-CDU-PEP) -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 3 (BE-PAN) -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA -----

--- Sintra, 25 de setembro de 2019. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL